

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE ABRIL DE 2013

NÚMERO 6.538

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Gelson Merisio
Angela Albino
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Valmir Comin
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ismael dos Santos
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Jorge Teixeira
Angela Albino
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Ismael dos Santos
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 025ª Sessão Ordinária realizada em 09/04/2013..... 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Presidência DL 15 Ato da Mesa 16</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 16 16 Ofícios 17 Portarias 17 Projetos de Lei 18</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiadini - Ciro Roza - Dado Chereim - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se aos investimentos anunciados pelo governador especialmente para o Hospital Santo Antônio, no vale do Itajaí.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Manifesta-se a respeito das ferrovias.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se à Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discorda de alguns pontos da fala do deputado Kennedy Nunes, no que concerne à Defensoria Pública; manifesta preocupação com a segurança pública de Saudade.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende 30 horas semanais aos profissionais de enfermagem.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Tigrinhos, Rudimar Guth, do vice, do Neri, da dona Ivone, da Loreni.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do movimento da população de Navegantes: Reage Navegantes - A água é nossa.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à visita que o governador Raimundo Colombo fez ao planalto norte.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Corroborar com a manifestação do deputado Antônio Aguiar exatamente pela forma com que o governador Raimundo Colombo tem tratado todas as regiões de Santa Catarina.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se a respeito instalação da BMW em Araquari.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se a respeito da Defensoria Pública.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Solidariza-se com a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito do município de Agrolândia, sr. José Constant.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Tece considerações com relação à mobilização em defesa da saúde pública, que irá acontecer amanhã em Brasília.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Solidariza-se com o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à Defensoria Pública.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Defende o policiamento na divisa dos estados.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se aos recursos por parte do governo federal.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Reporta-se ao contrato com o BNDS.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Manifesta-se a respeito do problema dos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à entrega do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital e os que prestigiam a sessão desta tarde.

Quero, sr. presidente, registrar com muito entusiasmo a presença do governador Raimundo Colombo ontem, na cidade de Blumenau, na posse da diretoria da Associação Empresarial daquela cidade. Inclusive, aproveito a oportunidade para registrar nossos votos de sucesso à nova diretoria da Acib e anotar os investimentos anunciados ontem, pelo governador, para aquela região, especialmente para o nosso Hospital Santo Antônio, uma fundação hospitalar que se tem tornado referência no vale do Itajaí, pois cumpre o papel de hospital regional.

Trata-se de um investimento de R\$ 5 milhões, liberado ontem pelo governador Raimundo Colombo, e também da duplicação do repasse para a folha de pagamento daquele hospital. O governo repassava até então R\$ 240 mil, e a partir desse novo convênio esse valor chegará a R\$ 400 mil para o Hospital Santo Antônio, como disse, que cumpre o papel de hospital regional para o vale do Itajaí.

Queremos também registrar o anúncio, feito pelo governador, de R\$ 10 milhões para a conclusão do complexo da ponte Badenfurt, na região norte de Blumenau. Foi anunciada também a garantia dos recursos para a continuação da via expressa, a SC-108, que vai ligar a região norte do município até a Vila Itoupava, em direção a Massaranduba, Joinville e inclusive ao planalto norte. Serão investidos R\$ 120 milhões nessa rodovia, que terá cerca de 18km.

Por fim, houve o anúncio do governador sobre o tão esperado contorno de Gaspar, que vai atender também a todo o vale do Itajaí, com cerca de 120km, desafogando o trânsito de Gaspar, num investimento de aproximadamente R\$ 100 milhões. Portanto, a posse da nova diretoria da Acib foi prestigiada positivamente com esses anúncios por parte do governo do estado, desses investimentos da região do vale do Itajaí.

Quero também registrar nesta tarde o nosso voto positivo com relação ao Projeto de Lei n. 0333/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal. Conversei com o deputado ainda há pouco. Trata-se de um belíssimo projeto que inclui o iogurte e a bebida láctea, produzida no estado, na merenda escolar das unidades educacionais da rede pública em Santa Catarina.

Infelizmente, deputado Antônio Aguiar, esse projeto foi vetado e deverá vir para debate nesta tarde. E quero posicionar-me favorável pela derrubada do veto, pela impor-

tância do mesmo, do ponto de vista nutricional, uma vez que os nutrientes encontrados nas bebidas lácteas e iogurtes são essenciais para o desenvolvimento da saúde das crianças - o deputado Antônio Aguiar sabe disso -, para a formação dos ossos, dos dentes, enfim.

Santa Catarina tem sido líder no crescimento da industrialização do leite, nos últimos cinco anos, crescendo 13%, nesse processamento do produto. Portanto, não podemos perder essa oportunidade de favorecer, incentivar, as nossas empresas que trabalham na área. E o projeto, inclusive, conta com a aquiescência do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, incluindo, como disse, o iogurte como bebida presente na merenda escolar, nas unidades educacionais da rede pública de Santa Catarina. Um belo projeto que conta com o nosso apoio. E da nossa parte, votaremos pela derrubada desse veto, para que esse projeto de fato possa ser aprovado pelo governo do estado.

Por último, sr. presidente, srs. deputados, registro com satisfação, agora na área cultural, um projeto desenvolvido pelo DCE da Furb. Um projeto inusitado, inovador, inclusive quero citar a iniciativa do projeto que foi do diretor de Cultura do DCE, da Furb, Alan Filagrana. Um projeto belíssimo!

Ele pegou algumas geladeiras velhas, deu uma trabalhada toda especial, feita pelos nossos artistas Clóvis Truppel, Telomar Florencio e Fernando Pauler. São três geladeiras transformadas em bibliotecas. Ideia fantástica, criativa!

Essas três geladeiras pintadas por esses artistas estão no campus 1, 2 e 3 da Furb e chama-se Geladeiroteca. Uma palavra nova para o nosso dicionário, neologismo.

Cada geladeira tem cerca de 500 títulos disponíveis, quinhentos livros que podem ser acessados sem nenhuma burocracia. Você abre a geladeira, pega o livro, pode fazer a leitura e depois passa para frente. Muito boa, muito positiva, essa iniciativa do DCE da Furb.

Parabéns ao diretor de cultura do DCE, Alan Filagrana, que foi o inspirador desse projeto e aos artistas plásticos que aderiram à ideia de circular esses livros a partir de algo inusitado, colocado lá em diferentes espaços, do campus da Furb, à disposição de todos os alunos e da comunidade acadêmica, que queiram acessar a esses livros do ponto de vista cultural, incentivando a leitura e não deixando de fato a cultura na geladeira.

Essa é uma ideia para não ficar na geladeira, literalmente.

Parabéns ao DCE, da Furb, por essa iniciativa!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade catarinense.

Reporto-me, hoje, a um tema importante para Santa Catarina, as ferrovias. Há, sem dúvida nenhuma, o pensamento sobre a ferrovia do frango quando se estão iniciando as tratativas para o projeto da referida ferrovia. E discordamos do primeiro traçado colocado para fazer a ferrovia via Chapecó, Rio do Sul e

Itajaí, direto. Por quê? Porque essa ferrovia tem um custo muito elevado, fora o tempo que vai levar para ter as licenças ambientais.

Temos que direcionar e fazer com que tal ferrovia, que vem lá do Mato Grosso, passe pelo Paraná, Guarapuava e vá até Chapecó, depois Joaçaba, pegando o rumo para Caçador, Porto União, Mafra, Corupá, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul e o porto de São Francisco do Sul, passando por Joinville, que é a cidade mais importante. Isso significa que podemos fazer a ferrovia do frango e a litorânea em seguida, porque fazer 70 quilômetros de estrada de ferro de São Francisco do Sul a Itajaí, é muito mais viável e muito menos dispendioso.

Então, temos o processo deflagrado da ferrovia do frango. E pode-se, sim, aproveitar esse traçado por ser o mais viável, porque o mesmo já possui uma ferrovia antiga, a do Paraná - Santa Catarina, sendo de uma importância para o planalto norte, resgatando a história do Contestado, fazendo com que a ferrovia do frango se torne, sim, mais importante para Santa Catarina. E pode, também, a partir de Mafra, ir para o porto de Paranaguá, favorecendo o estado do Paraná. E pode ir para o porto de Itapoá, favorecendo o estado de Santa Catarina. Essas são alternativas baratas e viáveis que estão prontas para serem efetuadas.

Ora, se passarmos pelo planalto norte a ferrovia do frango, vamos agregar valor à ferrovia, porque iremos colocar soja, milho, feijão, madeira, pinus para transportar. Portanto, vamos agregar valor, sim, à nossa ferrovia e ao fazer isso vamos resgatar a história do Contestado, que se fez ao longo dessa ferrovia.

Acredito que todos os municípios envolvidos do norte do estado de Santa Catarina vão lutar junto ao governo federal. Inclusive, o deputado federal Pedro Uczai fez uma audiência pública na cidade de Porto União; então, que s.exa. mantenha sua palavra também junto ao governo federal para que a ferrovia do frango passe pelo planalto norte. E o planalto norte dos empreendimentos não será mais esquecido pela situação logística do litoral. As empresas vêm do exterior e vão se alocar nos locais que têm logística, aeroporto, BRs e infraestrutura.

A BMW está para Araquari, Santa Catarina, Brasil e o mundo, ninguém mais tem dúvida disso. Temos a certeza de que esse grande complexo industrial que vai fazer com que os catarinenses tenham o orgulho da marca da BMW será, sim, fabricado em Santa Catarina. Os investimentos estão aí, o governador Raimundo Colombo e o vice Eduardo Pinho Moreira assinaram ontem um grande orgulho, em uma grande festa feita com o ministro do Desenvolvimento, a ministra Ideli Salvatti e o ministro que se faz representar por Santa Catarina, o do trabalho.

Então, estávamos em uma sessão muito importante, em que a presidente Dilma Rousseff estava, sim, muito bem representada, com os senadores Luiz Henrique da Silveira, Paulo Bauer, e a ministra Ideli Salvatti.

Temos certeza de que esses empreendimentos que estão acontecendo podem, sim, muito bem serem compensados no planalto norte.

Nobre deputado Dirceu Dresch, v.exa., que é o presidente comandante do

fórum das rodovias, tem a missão de fazer com que esse projeto citado por esse deputado seja encampado por v.exa., que seja encampado por todos os deputados que têm a origem no oeste do estado de Santa Catarina, que têm, sim, que ajudar a construir a ferrovia do frango para o planalto norte.

Quero dizer para os senhores que a ferrovia do frango já está com o seu leito pronto. É uma ferrovia que tem a bitola de um metro. Mas basta fazer um metro e sessenta, que é a bitola atual.

Temos a certeza de que esse leito pronto não vai precisar de licenças ambientais. Esse leito ferroviário está disponível para o governo do estado, mas faz mais de 50 anos que não fazem investimento ferroviário em Santa Catarina.

Não precisamos falar muito. Só temos, sim, que fazer com que a ferrovia seja encampada. Essa ferrovia tem que ser encampada pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, pelo senador Casildo Maldaner, pelo senador Paulo Bauer, pela ministra Ideli Salvatti, pelo ministro do Trabalho, enfim, pelos deputados federais, pelos deputados estaduais, por todos aqueles que vão ao planalto norte também buscar o seu voto. E é de direito darem a sua contribuição, ajudando o planalto norte nesta importante definição da ferrovia do frango.

Essa importante mudança de traçado para a ferrovia do frango faz com que o estado de Santa Catarina seja contemplado, sim, com mais vigor, seja contemplado com menos tempo para a construção da ferrovia, pois já existe o leito da ferrovia. Vamos aproveitar esse leito da ferrovia onde já existe uma linha de trem pronta, embora que a bitola seja de um metro, como aqui temos, mas que se torne de um metro e sessenta, como se preconiza para as rodovias. Temos, sim, que agradecer a todos os deputados que votaram na moção para que essa ferrovia tivesse esse traçado.

Quero também fazer um apelo e agradecer ao presidente da Fiesc, dr. Glaucio Corte que, sem dúvida nenhuma, apresentou esse bonito traçado.

Estamos lutando para que todos nós façamos a grande jornada da conscientização do planalto norte. E eu como filho de ferroviário defendo essa rodovia e peço aos companheiros, aos senadores, aos ministros e à presidente Dilma Rousseff que olhe com carinho para o planalto norte.

Era o que tínhamos, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, venho à tribuna falar sobre dois assuntos. Só vou pegar uma carona da excelente fala do deputado Antônio Aguiar. Tem algumas coisas que não entendemos, não é, deputado? Um País deste tamanho não pensou alguma vez em fazer uma bitola única com relação às ferrovias. Por que a diferença que hoje traz todos esses problemas?

O primeiro assunto que quero falar, deputado Jorge Teixeira, é que por uma decisão da Justiça e aprovação desta Casa foi aprovada a criação da Defensoria Pública no estado de

Santa Catarina. Antes, a defensoria pública havia somente através dos advogados Dativa da Ordem dos Advogados. E hoje, já por decisão, como já disse, da Justiça, dos 60 defensores públicos de Santa Catarina que foram aprovados 45 tomaram posse. E a partir de agora, deputado Ismael dos Santos, eles desenvolvem um trabalho que está preconizado na lei.

Eu estava chegando hoje a Florianópolis, ouvindo a Rádio CBN, e a notícia da manhã era a posse desses 45 defensores públicos, inclusive com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. Mas uma coisa me chamou atenção. E pensei que não era possível!

Deputado Padre Pedro Baldissera, tem coisas que não acreditamos! Eu posso ter entendido errado, deputado Maurício Eskudlark, mas todas às vezes que vi reportagem da posse dos 45 defensores públicos tinha a posse e a fala do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, no anúncio da batizada Força Nacional da Defensoria Pública em execução penal.

Eu pensei e disse: pronto, Força Nacional. Porque quando se fala em Força Nacional, pensamos que vêm logo para o estado agentes federais, como foi naquele momento que passamos em Santa Catarina com relação à bandidagem, e essa Força Nacional veio para o nosso estado e conseguiu resolver.

Deputado Ismael dos Santos, o que eu entendi é que essa Força Nacional de Defensoria Pública em execução penal vai fazer com que até o dia 23, se não me engano, sei lá, existe um prazo aí, os defensores públicos empossados hoje pela manhã, deputado Jorge Teixeira, vão examinar oito mil processos de presos, que estariam parados na Justiça e que precisariam ser movimentados para saber se o preso já cumpriu a pena ou se não cumpriu, enfim, quanto tempo falta.

Eu pergunto: aprovamos aqui defensores públicos para ver processo de preso? E o cidadão correto, que não comete nenhum crime, ele vai ficar sem Defensoria Pública? Porque o cidadão, pelo que entendo, deputado Sargento Amauri Soares, aquele que é comum, aquele que é correto, aquele que é reto, está tendo o seu direito usurpado. Se chegar para o defensor público e escutar que esse defensor tem um monte de papel, que está revendo as penas dos presos, o cidadão vai se sentir usurpado. Está certo isto?

A primeira missão da Defensoria Pública de Santa Catarina é rever oito mil processos de presos. E o cidadão comum, o cidadão reto, que não cometeu nenhum crime, continua ainda à mercê! Será que esse é o nosso papel em aprovar a Defensoria Pública? Será que esse é o papel da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina? Defender preso? O preso no presídio já tem comida balanceada, e o trabalhador não tem, porque lá existe um cardápio que o trabalhador não tem. E Deus nos livre se chegar comida com a temperatura diferente. Vão dizer que os presos estão comendo marmitta fria. O trabalhador se ferra, tem que fazer um fogareiro na construção civil para tentar esquentar os "olhos" que é o ovo frito e o arroz. O preso tem legume, salada, fruta, suco, tem que ter comida balanceada e custando para o estado. E agora, a Defensoria Pública vai defender os presos. É muito bonito isto!

Deputado Padre Pedro Baldissera, eu me senti envergonhado hoje! Sabe quando se compra algo e se sente enganado? Eu me senti assim hoje, por ter votado aqui algo que a sociedade pediu, que a Justiça determinou e agora ficamos sabendo que é para atender aos presos. É o poste mijando no cachorro! É um negócio impressionante!

Trouxe esse assunto a esta tribuna para que possamos pensar melhor. Isso não pode acontecer, não pode! Quantas mães estão aí pensando porque o safado do marido foi embora e não paga pensão! Então, ela está dependendo dos advogados Dativa. E imaginem quantas pessoas gostariam de ter um defensor público!

O cidadão, ao ser julgado, tem a Promotoria Pública, com toda a sua infraestrutura, para estudar o processo. E os defensores dativos não teriam tanto tempo, porque demora a receber etc.

Certa vez, um promotor público, que defendia a Defensoria Pública, disse que é a mesma coisa do que colocar para jogar um time de profissionais com preparador físico etc. e um time de várzea, depois de um dia de trabalho pesado, para bater bola com eles. Ou seja, é goleada.

Pensei que com a Defensoria Pública os problemas para quem tem pendência judicial estariam resolvidos. Mas eles já receberam como primeira missão revisar oito mil processos de presos.

Então, não me é estranho quando lemos que tem preso que sai da cadeia e depois volta. Ou seja, é melhor lá dentro do que fora.

Não é fácil. E tomara que essa minha fala chame a atenção do governo do estado que está errado quando coloca defensor público para defender bandidos. Isso não pode acontecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, hoje é um dia importante para o nosso estado, pela instalação da Defensoria Pública de Santa Catarina.

Estou muito feliz, porque essa foi uma das nossas grandes lutas nesta Casa, que agora dá o primeiro passo. São 45 defensores públicos. Claro que sempre lutamos para ter mais, pois isso serve apenas para o começo. E estamos levantando dados do que significaria ampliar o número de defensores públicos, chamar os concursados ou continuar fazendo o contrato com a OAB, que pode custar em torno de R\$ 20 milhões, se continuar sendo feito da mesma forma, levando-se em conta o número de defensores dativa.

Então, não queremos que a Defensoria Pública seja simplesmente um órgão para fazer convênios, mas que ela seja um órgão que, de fato, cumpra o seu papel constitucional, como existe em tantos outros estados do país.

Gostaria de dizer, ainda, sr. presidente, que acompanhei atentamente a fala do deputado Kennedy Nunes e quero trazer à tona algumas questões sobre as quais discordo de s.exa.

Em primeiro lugar, quero registrar que essa força-tarefa foi acertada e trata-se de uma das ações da Força Tarefa Nacional para ajudar a combater a violência, os ataques, em Santa Catarina. Esse foi um dos acordos construídos com o ministério da Justiça, com o governador Raimundo Colombo, à época daquela onda de ataques, em fevereiro, de fazer uma força-tarefa para verificar quantas pessoas ainda estão presas, gastando dinheiro público, e que já poderiam estar soltas.

Temos 20 defensores públicos do Paraná, para viabilizar esse acordo construído, os quais irão acompanhar a metade dos presos em Santa Catarina. E a Defensoria Pública do estado vai ajudar, então, nesses próximos dias, que será um período rápido, nesta conclusão.

Acredito que há preconceito na sua fala com o qual eu não concordo, deputado Kennedy Nunes. Acho que todo ser humano, esteja onde estiver, tem os seus direitos. Se ele já deveria estar solto, se já cumpriu pena, o direito dele é sair da prisão. Essa é a grande discussão.

O ministro, hoje pela manhã, fez uma fala muito firme sobre a estratégia do ministério da Justiça de ser muito enérgico, firme, com o crime organizado neste país, sem desprezar os direitos humanos, porque todos têm os seus direitos, seja ele quem for, principalmente quem já cumpriu pena. Então, essa é uma das grandes tarefas que a Defensoria Dativa não fez em Santa Catarina; ela não cumpriu essa função, pois o Judiciário não deu conta de acompanhar os processos neste estado. E já houve uma força-tarefa em um ou dois presídios há um tempo em que se confirmou isso e, pelo que se viu neste acordo entre o governo do estado e o governo federal, esse era um dos motivos.

Dessa forma, será feita uma grande força-tarefa em que os defensores de todo o país, federais e estaduais, estarão trabalhando juntamente com uma parte dos defensores públicos concursados e empossados hoje. É bem verdade que 15 ou 20 defensores ficarão fora dessa caminhada e continuarão cumprindo as suas funções.

Quero fechar essa minha avaliação sobre a importância da Defensoria Pública em Santa Catarina. Com certeza vamos ter uma redução de ações judiciais, porque um dos grandes problemas da Defensoria Dativa, deputado Sargento Amauri Soares, era que o advogado apenas recebia quando entrava com a ação, mas muita coisa, milhares de processos, poderiam ter sido evitados, deixando de abarrotar as prateleiras do Judiciário catarinense e brasileiro.

Então, a Defensoria Pública pode cumprir um papel estratégico de fazer trabalhos coletivos, preventivos e de orientação para a população catarinense no sentido de buscar os seus direitos. Nem tudo precisa entrar para ações judiciais e pode-se revolver em outros espaços.

Por isso, continuamos firmes na luta e vamos permanentemente discutir com o governo do estado a ampliação da estrutura para que seja mais eficaz e eficiente para defender o cidadão catarinense.

Nesta tribuna, por muitas e muitas vezes, falamos que temos, hoje, órgãos que condenam o cidadão, mas não temos órgãos de façam a sua defesa. Então, muita gente não tem condições de ter acesso à Justiça e a

Defensoria Pública vem justamente cumprir essa função.

Deputado Maurício Eskudlark, quero cumprimentá-lo, em nome do presidente desta Casa, pelo empenho que foi feito, na semana passada, principalmente na última quinta-feira, para resolver os problemas existentes na área judicial de roubo e banditagem no município de Saudades.

Infelizmente, teve que acontecer o que aconteceu, sendo que tivemos uma pessoa morta, um agricultor preso, muita coisa roubada, desde carro, moto e eletrodomésticos, para se tomar essa decisão que tinha que ter sido tomada há 30 ou 40 dias e que foi tomada neste final de semana.

Já temos no município um novo delegado nomeado, deputado Maurício Eskudlark, e uma força-tarefa de toda região que está lá fazendo uma devassa para pegar a picaretagem que, infelizmente, criou-se naquele município de pessoas de bem.

Então, quero agradecer, sr. presidente, pelo apoio nessa caminhada dos deputados Sargento Amauri Soares e Maurício Eskudlark, da nossa líder deputada Ana Paula Lima e de tantos outros deputados. Agradeço a todos por esse empenho e espero que nesta semana consigamos resolver essa situação que foi colocada no município de Saudades, no oeste catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, sr. ex-presidente, deputado Gelson Merisio, deputado Nilson Gonçalves, sra. deputada Luciane Carminatti, colegas parlamentares, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes presentes neste Parlamento, vou falar sobre uma coisa boa do governo federal, da nossa presidente Dilma Rousseff que tem estendido a mão generosa de recursos para o governo do estado de Santa Catarina, para todos os catarinenses, na ordem de R\$ 4,5 bilhões para fazer as obras de infraestrutura, de saúde e de educação.

Eu acho que o governador Raimundo Colombo está respirando melhor depois desses investimentos, do governo federal, no estado de Santa Catarina.

O que cabe a nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, uma bancada de Oposição criteriosa a este governo, é fiscalizar esses recursos para que eles sejam utilizados para melhorar a vida do povo catarinense. Por isso, vamos estar atentos na aplicação de cada centavo vindo para o estado de Santa Catarina.

Sra. deputada e srs. parlamentares, por iniciativa do nosso mandato, na manhã de hoje, na comissão de Constituição e Justiça, realizamos uma importante reunião de trabalho para avaliar as propostas de mudança da legislação catarinense relativas às casas de espetáculo do nosso estado. Participaram dessa reunião os representantes do Corpo de Bombeiros Militar e do Corpo de Bombeiros Voluntários, do Crea, da Segurança Pública, e da comissão de Segurança Pública desta Casa, presidida pelo deputado Maurício Eskudlark, ocasião em que fizemos um grande debate, principalmente sobre os seis projetos,

deputado Ismael dos Santos, de origem parlamentar, e um projeto de origem governamental. Porque depois do que ocorreu no Rio Grande do Sul, no município de Santa Maria, onde 241 jovens morreram naquela boate, o Brasil, e principalmente a Assembleia Legislativa, está debatendo sobre esse tema.

O tema em debate é a garantia da segurança, especialmente das pessoas que frequentam as casas de espetáculos. Mas tenho certeza, em todos os eventos públicos, onde tem um grande número de pessoas, temos que estar atentos, porque é a defesa da vida. O Brasil e o mundo acompanharam a morte de 241 jovens da boate Kiss, na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul.

A partir, infelizmente, dessa tragédia, em todo o país, todos os parlamentos tramitam propostas de mudanças na legislação, visando à garantia da segurança nesses estabelecimentos. Em Santa Catarina, como mencionei, temos sete projetos para analisar. E no entendimento dessa comissão, da qual participo, temos que agir rápido nessa questão para que um projeto não se sobressaia ao outro, pois que entendemos que todos são importantes. Por isso, a importância dessa reunião na manhã de hoje.

Diante de várias manifestações realizadas na manhã de hoje, quando reafirmamos inúmeros desafios para a constituição de uma lei federal que discipline e principalmente proteja as vidas, é que solicitamos uma ampliação do debate, através de uma audiência pública, quando a sociedade também poderá ser ouvida. A sociedade civil deve ser ouvida.

Precisamos ouvir os setores envolvidos, as casas de espetáculos, os donos de bares e restaurantes, porque na manhã de hoje gerou-se uma série de dúvidas, inclusive das pessoas que ali participavam.

A nossa posição é de apensarmos os projetos de iniciativa parlamentar. E foi uma proposta do deputado Sílvio Dreveck que a assessoria técnica do Parlamento catarinense possa fazer um estudo, para que os nossos projetos, o meu, o do deputado Ismael dos Santos, o do deputado Manoel Mota, o do deputado Nilson Gonçalves e de outros parlamentares, possam fazer, deputado Ismael dos Santos, uma emenda ao projeto de origem governamental, para que possamos analisar então apenas um projeto. E através de uma audiência pública debater com a nossa sociedade, quando poderemos aprimorar o projeto de origem governamental.

Por isso, é importante ouvir. E o Parlamento catarinense precisa abrir as suas portas para ouvir a nossa comunidade, porque há uma série de dúvidas sobre esse assunto.

Tenho certeza de que queremos aqui garantir a vida, a segurança das pessoas. Mas também não podemos inviabilizar os nossos empreendedores no estado de Santa Catarina, ou as nossas festas regionais, a exemplo da Oktoberfest, dos clubes de caça e tiro, e cito Blumenau como exemplo, os eventos onde há um grande público, que são as nossas igrejas, as nossas associações de moradores, que têm essa capacidade de aglutinar um grande número de pessoas. Enfim, também precisamos garantir que eles possam fazer esses eventos com segurança.

Quero ressaltar que depois desse encaminhamento da CCJ e também da

Comissão de Segurança Pública para essa audiência pública, deputado Mauricio Eskudlark, poderemos fazer esse grande debate aqui, pois que foi muito proveitosa essa reunião da manhã de hoje.

Também não posso deixar de mencionar que no dia de hoje, em Brasília e aqui em Florianópolis, defendemos melhores condições de trabalho para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. E desde o ano de 2000, srs. parlamentares, os profissionais de enfermagem lutam pela regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas/semanais.

Não pude ir para Brasília, porque tinha a reunião da CCJ, mas um grande número de profissionais da área da saúde, de enfermagem, está em Brasília. E Santa Catarina encaminhou 200 profissionais de enfermagem para essa manifestação em Brasília, para a aprovação do Projeto n. 2.295, do ano de 2002, que trata do assunto e da condição necessária para a assistência segura e de qualidade.

O projeto de lei já foi aprovado no Senado, nas comissões da Câmara dos Deputados, mas até o momento não foi votado.

Hoje pela manhã houve uma reunião com o ministro Alexandre Padilha, para que ele possa ser votado de uma vez por todas, dando a garantia aos profissionais da área de enfermagem trabalharem as 30 horas, como já acontece em nível de estado, que foi aprovado por este Parlamento, como já acontece em várias prefeituras do estado de Santa Catarina, cito aqui o exemplo de Blumenau. Mas tenho certeza de que outras prefeituras já têm as 30 horas para a enfermagem. E queremos agora esse projeto avaliado e votado em nível nacional.

Munidos de cartazes que pedem para que os deputados federais incluam o projeto na Ordem do Dia para a votação, profissionais da área de enfermagem de todo o país realizam então a mobilização nacional em Brasília.

A mobilização acontece em frente à Câmara dos Deputados, durante todo o dia de hoje. Senhores deputados, de 150 a 200 profissionais da área de Enfermagem de Santa Catarina, de todas as regiões do estado, do oeste, da capital, do vale do Itajaí, estão lá e reforçam o coro para a aprovação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para a categoria.

A ida desses profissionais foi viabilizada, organizada, pelo Fórum Catarinense 30 Horas Já. A enfermagem é uma categoria que está unida e defendendo esse projeto há muito tempo esperado para a aprovação da Câmara dos Deputados.

A presidente do Coren de Santa Catarina, a enfermeira Felipa, participa dessa mobilização e reitera a importância de aprovar a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os profissionais de enfermagem.

Os profissionais de enfermagem lidam diretamente com vidas, e quando falamos em vidas, temos também que garantir a segurança para esses profissionais trabalharem de uma forma tranquila. Então, que se respeitem também as condições de trabalho desses profissionais, porque eles têm uma responsabilidade imensurável. Estão presentes nas 24 horas do dia e nos 365 dias do ano, para a assistência aos usuários. Portanto, precisam de condições adequadas de trabalho.

Tanto a Organização Internacional do Trabalho, a OIT, quanto a Organização Mundial da Saúde recomendam a jornada de 30 horas como a mais adequada para os profissionais de saúde prestarem uma assistência segura. E é isso que reforça a nossa presidente do Coren.

Então, o dia de hoje é um dia de luta, é um dia de mobilização em Brasília e também aqui na capital. Também faço coro, neste Parlamento, para que esse projeto seja votado o mais rápido possível na Câmara dos Deputados, para garantir a qualidade da assistência de saúde aos profissionais e também aos usuários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Tigrinhos, nosso amigo Rudimar Guth, do vice, do Neri, da dona Ivone, da Loreni. E já que o prefeito e o vice têm vários pleitos aprovados junto à SDR, hoje estão tratando desses encaminhamentos aqui na capital do estado.

As nossas boas-vindas aos visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, agradecemos a presença do prefeito, do vice e também de suas companheiras.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente.

Eu gostaria de registrar a presença do movimento da população de Navegantes, cujo nome é Reage Navegantes - A água é nossa. É um movimento daquela cidade, que tem como objetivo garantir o abastecimento, o saneamento básico. Então, que isso seja feito de forma pública, transparente e clara, para que a população saiba qual o recurso arrecadado, porque alguns serviços não estão sendo realizados. Eles também entendem, melhor dizendo, que a água deva ser um patrimônio tratado, segundo os interesses públicos, as regras do serviço público, com a transparência necessária, para que a população saiba o que está sendo feito, por que está sendo feito e por que tem as dificuldades e o não funcionamento.

Então, gostaria de registrar a presença do Movimento Reage Navegantes - A Água é nossa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente Padre Pedro Baldissera, saudar os srs. deputados, as sras. deputadas e a comunidade catariense.

Retorno à tribuna para falar do planalto norte, sobre a visita que o governador Raimundo Colombo fez àquela região, na sexta-feira passada, juntamente com o deputado Darci de Matos e com o secretário regional Ricardo Pereira Martins.

Foi um encontro importante com os 12 prefeitos da secretaria Regional de Desenvolvimento de Mafra e da SDR de Canoinhas, fazendo suas reivindicações. O prefeito de Mafra, que é o atual presidente da Associação dos Prefeitos do Planalto Norte, fez a reivindicação em nome de todos. O governador recebeu os documentos com os pedidos do planalto norte, mas também foi uma reunião de agradecimento da comunidade ao governador, pela liberação de R\$400 mil para o Hospital de Major Vieira, melhorando a saúde nesse município. Esse documento foi assinado pelos deputados Silvío Dreveck e Darci de Matos.

Essa presença do governador, nobre deputado Aldo Schneider, mostra seu interesse não somente pelo litoral, mas também a importância da vinda da BMW para Santa Catarina.

Nós lá do planalto norte estamos preocupados com a saúde, secretário Dalmo de Oliveira, com a hemodiálise do município de Canoinhas, prometida por v.exa. desde o ano passado e não cumprida. Portanto, o secretário Dalmo está em dívida com esse município.

O governador Raimundo Colombo nos proporcionou uma noite de alegria quando fez uma brilhante palestra para os alunos da Universidade do Contestado, quando mostrou seus projetos, dificuldades e como governa o nosso estado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, gostaria de corroborar com a manifestação do dr. Aguiar exatamente pela forma com que o governador Raimundo Colombo tem tratado todas as regiões de Santa Catarina. Logicamente nós que viemos de um processo eleitoral recente, onde os 295 prefeitos estão aproximadamente nos 100 dias de governo, todos os municípios estão ávidos e esperançosos, até com certa ansiedade, em poder ver por parte do governo de Santa Catarina um aporte financeiro através de convênios, obras e ações. Mas temos aqui que entender que vai chegar o momento, vai chegar a hora em que o governo, com certeza, estará em todos os municípios de Santa Catarina, também com essa ação.

Assim, a forma como o governador tem conduzido, divulgado, o Pacto por Santa Catarina, demonstra que nesses dois anos de atuação ele - juntamente com Eduardo Moreira e a equipe que escolheu, e aqui quero dar ênfase ao secretário de estado da Fazenda, ao secretário de estado da Casa Civil -, ao longo desse período de dois anos, primeiramente, teve a grande missão de conhecer o governo, o que é fundamental, e agora, através desse conhecimento, foi ao governo federal, ao Banco do Brasil, ao BIRD buscar um valor significativo de recursos, para que no segundo tempo desse jogo possa espalhar obras, ações, serviços, atendimento e, acima de tudo, respeito com Santa Catarina e para com Santa Catarina, com aportes financeiros na ordem de quase R\$ 9 bilhões.

Daqui a pouco, logo após a Ordem do Dia, vou fazer um pronunciamento sobre a assinatura do Pacto por Santa Catarina de R\$ 3 bilhões, que ocorreu na última quinta-feira, no Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis. Pacto este que atende a todas as regiões de Santa Catarina.

Então, quero apartear v.exa. justamente para me solidarizar e incorporar em seu discurso, para que fique registrado nos anais desta Casa a importância que o governador, o vice-governador e o governo, de modo geral, têm tratado todas as regiões de Santa Catarina, indistintamente.

Obviamente, a demanda sempre irá existir, mas estamos buscando passo a passo cumprir as demandas de todas as regiões e, com certeza, ao final deste governo Santa Catarina vai olhar para trás e dizer: valeu a pena ter apostado nessa grande aliança - a aliança por Santa Catarina, envolvendo os nossos partidos.

Então, cumprimento v.exa. pelo brilhante trabalho que tem feito no planalto norte e pela força que v.exa. tem demonstrado em levar semanalmente o governo para a sua região. Isso demonstra prestígio político e, acima de tudo, trabalho, responsabilidade e coerência.

Parabéns, deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Estávamos falando de investimento. E na área da Educação foram liberados mais R\$ 3 milhões, juntamente com o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que fez a educação, no dia a dia, dar resposta ao interior do estado de Santa Catarina.

Foi isso que o secretário da Educação fez lá em Canoinhas: liberou R\$ 3 milhões para investimento na área da Educação em toda a SDR de Canoinhas, possibilitando à educação ser olhada de maneira diferente; possibilitando aos nossos alunos condições de frequentar uma sala, adquirirem aprendizado, através dos professores que receberam tablets.

Isso significa que os professores estão cada vez mais capacitados na maneira de transmitir ensinamento, sabedoria, para os alunos, aferindo melhor as suas notas, como foi o caso da Escola Cabral, no município de Canoinhas, onde o índice do Fundeb foi, sim, acima do esperado. O máximo é 6,4. Lá estamos com 6,5. Então, estamos na frente da meta do governo federal.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o prefeito de Araquari, cidade que comemorou seus 137 anos de emancipação política. Além disso, Araquari teve, sim, um ganho muito grande ontem, quando esteve aqui o prefeito João Pedro Woitexem que com alegria e com muita satisfação anunciou aos seus eleitores do município de Araquari, à sua gente, à sua equipe trabalhadora, à sua equipe incansável, a vinda da BMW para Araquari, juntamente com o governador Raimundo Colombo, com o vice-governador Pinho Moreira, com o senador Luiz Henrique da Silveira, com o senador Casildo Maldaner, com o senador Paulo Bauer, com a ministra Ideli Salvatti, com o ministro do Desenvolvimento, com o ministro do Trabalho, enfim, todos.

Dilma Rousseff também ajudou para que a BMW fosse para Araquari que esteve em festa por dois grandes motivos, pela Festa do Maracujá, onde estivemos presentes na

reunião da SDR. Uma reunião importante, em que os prefeitos presentes, ouviram as nossas propostas, e nós ouvimos as deles.

Lá também estive o prefeito de Joinville, Udo Döhler. E quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho, pela sua ação, pela sua dedicação e pela sua competência. Ele está mostrando que a eleição fez bem, sim, a Joinville, que está mudando para melhor com a competência do atual governo, dos vereadores que trabalham, em Joinville, incansavelmente, das lideranças políticas, dos representantes da indústria e do comércio.

Enfim, são ações conjuntas que fazem com que o município de Joinville continue mostrando a sua pujança e a capacidade de ser a maior cidade do estado de Santa Catarina, bem administrada por Udo Döhler que tem o Armando como secretário de Saúde, ao qual foi entregue um posto de saúde, na Associação Santa Helena, no valor de R\$ 200 mil.

Portanto, uma grande contribuição para Joinville, juntamente com o presidente da Fundamas, o Gilberto. E também foi aprovada na reunião da SDR R\$ 150 mil para que essa divisão técnica do município de Joinville tenha condições e capacidade de trabalho.

Então, quero parabenizar Joinville, os deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos, que são os verdadeiros representantes daquele município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Para fazer apenas alguns registros, pois com muita alegria recebi em meu gabinete e também está aqui acompanhando a nossa sessão ordinária duas vereadoras do município de Três Barras, Renilse, enfermeira como eu, que está na luta pelas 30 horas, e também a Mara Carla. Também está presente a vereadora Luzia, do PT, do município de São Bernardino, acompanhada pelo Antônio, seu esposo, e pelo Albino, diretor municipal de Educação e o primeiro suplente vereador. Quero dar as boas-vindas a essas lideranças que vêm ao Parlamento catariense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Estava prestando atenção nas palavras do deputado Antônio Aguiar e quero corroborar as suas palavras em relação à minha cidade de Joinville, nossa região.

O deputado Antônio Aguiar tem descido constantemente a Joinville, a Araquari, e assim fez o deputado Mariani há alguns anos, transferindo logo depois seu título eleitoral para Joinville. Tenho a impressão de que o deputado Antônio Aguiar demonstrar uma vontade muito grande também de ir a Joinville se somar ao nosso trabalho, à nossa luta por uma melhor Joinville, por uma melhor região. E será bem-vindo, com certeza.

Quero levar adiante essa falação do deputado Antônio Aguiar relativa à Araquari.

Hoje os jornais estão capeando esse fato que, pelo que notamos, é um dos principais acontecimentos econômicos de Santa Catarina, talvez, da última década, poderia dizer, ou seja, a assinatura do contrato com o governo do estado para a instalação da BMW em Araquari. Isso evidentemente vai trazer consequências bastantes alvissareiras para todos nós, quando teremos num primeiro momento cerca de 1.400 vagas diretas e aproximadamente cinco mil novos empregos indiretos, por conta da instalação da BMW em Araquari.

Isso evidentemente vai trazer uma nova estrutura nos portos da nossa região, especialmente nos portos de São Francisco, Itapoá, de Itajaí, para adequarem-se à exportação e importação de automóveis.

Quanto à questão profissional, neste primeiro momento, para a contratação exige-se do candidato o currículo em inglês. Isso significa dizer que já há uma seleção por conta da qualificação. A BMW não vai tratar de negócios apenas no país. O funcionário fará um curso na Alemanha. Estará provavelmente visitando os Estados Unidos, onde a empresa possui fábricas. E o funcionário contratado tem que estar no nível da empresa. Por isso há a exigência do inglês.

Sempre falei para os meus filhos da importância do inglês. E hoje tenho um neto que vai fazer 18 anos. E obriguei-o, praticamente, a fazer um curso de inglês. Estuda inglês há quatro anos. O meu enteado fala fluentemente inglês hoje. Ele tem 25 anos e neste momento está trabalhando na Alemanha, por ter estudado nos últimos anos inglês. Ele terminou a sua faculdade e conseguiu uma colocação numa empresa alemã.

Com isso quero dizer da importância de termos consciência da necessidade de qualificação da mão de obra. Em que pese no norte e nordeste deste estado já existir uma mão de obra diferenciada e qualificada, precisamos muito mais do que isso. Num grau menor, o trabalhador hoje está sujeito a não ter emprego, a estar desempregado e na porta da sua casa, na sua cidade, ter o emprego à sua disposição e não poder trabalhar por não estar qualificado. Até para o emprego de vigia hoje se exige conhecimento de informática, segundo-grau. E muitas pessoas estão desempregadas, havendo portas abertas para o trabalho, porque não têm a qualificação devida. E aí ficam à margem do processo, porque não querem se sacrificar, não querem ir à luta, não querem ficar longe de casa à noite. Mas é preciso um sacrifício, trabalhar durante o dia, fazer um curso à noite. É o necessário enquanto se é jovem. Fazer isso depois com 50 anos, 60 anos não dá.

Então, essa necessidade de conscientização que os nossos adolescentes, nossos jovens têm que ter, porque emprego está vindo, emprego tem.

Lá, em Joinville, uma empresa que tem uma loja dentro de um shopping estava recrutando gente do interior do Paraná para trazer para Joinville. Recrutando gente lá, para trazer para Joinville. E não acontece somente nessa empresa, acontece em outras também. Por conta do quê? Do problema da qualificação da mão de obra.

Dizem que não tem curso, mas tem, sim. Tem curso no Senac, no Senai, no Sine também, e são cursos profissionalizantes. O que precisa é o cidadão ter consciência disso. Ter a consciência da necessidade e qualificar-

se, para não ver na sua frente uma vaga aberta e não poder trabalhar porque não tem a devida qualificação. Essa é a verdade.

Tenho outras questões para tratar, hoje, mas meu tempo terminou, então, vou me reinscrever em Explicação Pessoal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a minha manifestação, hoje, vai ao sentido de refletir sobre o ato que presenciamos, pela manhã, com a vinda do ministro da Justiça ao estado de Santa Catarina, onde foi homenageado com a medalha Anita Garibaldi, numa demonstração clara e evidente do grande trabalho que o governo da presidente Dilma Rousseff tem feito neste país e em especial em Santa Catarina, no que se refere à segurança pública, sendo parceira e também trazendo a presença da Força Nacional, agora dos defensores da união, para fazer também esse trabalho junto com a Defensoria do estado, no sentido de garantir os direitos também à população carcerária.

Antes de entrar no mérito do ato em si, quero dizer que conquistamos em 1988 uma Constituição cidadã. Constituição esta que garante direitos a toda população brasileira e não apenas aos que detêm recursos financeiros, mas também aos que estão, hoje, presos, que estão na cadeia, aos mais frágeis, sim, porque isso é papel do estado. Ninguém está isento de cometer um delito, um crime.

Eu quero dizer que é para isso que existe o estado. Não é para fazer justiça somente para quem tem recurso para pagar advogado. O estado também existe para garantir que todo cidadão, tenha ele recurso ou não, possa ser assistido pelas políticas públicas.

Fiquei muito emocionada com a posse dos 45 defensores públicos. Em primeiro lugar, porque neste momento temos, eu diria, o vencimento de uma primeira etapa, resultado de uma grande mobilização, como falei, vinda desde a Constituição de 1988. E é importante que se diga que ao contrário do que hoje, pela manhã, ouvimos belos discursos, todos comemorando que o estado de Santa Catarina apenas cumpriu uma determinação junto ao STF, porque se fosse pelo governo do estado não teríamos defensores públicos em Santa Catarina.

O deputado Gelson Merísio quer discutir coligação no ano que vem, não é? Mas eu quero discutir a realidade de hoje no estado. E nesse sentido quero dizer com muita tranquilidade que o estado de Santa Catarina ainda deixa muito a desejar no que se refere à Defensoria Pública.

Tivemos a posse dos 45, sendo que inicialmente são 60 defensores aprovados em lei, 60 cargos criados, mas somente 45 tomam posse; no entanto, temos mais 112 candidatos aprovados. E o detalhe é que precisamos desses 112 candidatos aprovados em Santa Catarina. Por que isso? Em primeiro lugar, porque não é possível conceber 295 municípios catarinenses com apenas 45 defensores. Não é

possível conceber um estado que ainda tenha defensores em apenas seis grandes regiões. Então, queremos trazer para o debate algo que é central. Queremos que todos os municípios, pequenos, médios ou grandes, tenham o mesmo direito. A população que mora num município de três mil habitantes tem direito à Justiça, o acesso a ela, assim como um habitante que mora aqui em Florianópolis.

Portanto, o debate que precisamos fazer é quando o governo do estado avançará nessa segunda etapa, nomeando 112 candidatos aprovados, garantindo, como na lei está previsto, defensores nos 21 núcleos que foram aprovados também na lei do ano passado e garantindo uma estrutura que de fato possa atender ao espírito da lei.

Quero dizer como deputada, como mulher que estamos cansados de ouvir reclamationárias, indignação das mulheres que sofrem algum tipo de violência e que não têm o amparo judicial necessário para proteger o direito da mulher vítima de violência, da mesma forma os idosos, as pessoas com deficiência, as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Então, o estado precisa dar conta desse atendimento, do acesso à Justiça, com uma equipe que possa estruturar as defensorias em cada região, também com a garantia do próprio ouvidor do estado do Mato Grosso, que está conosco trazendo o modelo de ouvidoria daquele estado.

Portanto, temos primeiro que reconhecer essa primeira etapa, que é importante, mas ela vem tarde, a Constituição de 88. Em segundo lugar, só vem porque há um movimento organizado que fez muita pressão para que pudéssemos chegar ao dia de hoje. Mas é importante dizer que se continuarmos com o número de defensores que hoje tomaram posse, Santa Catarina terá diante dos demais estados o menor número de defensores proporcional à população, isso porque as pessoas que ganham até três salários mínimos é o público alvo do atendimento à Defensoria Pública.

Assim, para Florianópolis, se fizermos um cálculo, precisaríamos ter mais do que 45 defensores. Se somarmos os demais municípios, eu diria, então, não temos defensores. Portanto, como presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, acredito que precisamos de uma boa conversa com os defensores que tomaram posse agora, com os defensores dos demais estados, com as entidades representativas. E vamos acompanhar, vamos ser parceiro do governo, vamos sentar à mesa, isso não tem problema, mas quero deixar claro qual o nosso papel no Parlamento: é cobrar a execução e a efetivação da lei. Nesse sentido, deputado Jailson Lima, no primeiro mês, quando complementar 30 dias, faremos uma audiência pública para avaliar os primeiros 30 dias da construção da Defensoria Pública em cada região do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Eu acho que é importante registrar, sim, que houve um avanço, porém, muito aquém do que o estado necessita.

Hoje, quando ouvíamos o discurso daquele jovem defensor que foi o primeiro colocado, do qual não me recordo o nome, até vou sugerir a esta Casa que solicite cópia desse discurso para divulgarmos na TVAL e na Rádio AleSC Digital, pelo exemplar conteúdo do ponto de vista do compromisso que eles têm, dos avanços que o estado precisa e do quanto representa para a exclusão deste estado.

Não podemos esquecer que somos o último estado da federação que implanta a Defensoria Pública. E v.exa. tem tido esse papel fundamental na Assembleia Legislativa. Meus parabéns. Então, gostaria que v.exa. pedisse a cópia do discurso do defensor que representou a categoria, porque muito teremos que fazer nesse estado em parceria com a Defesa Pública.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero reiterar as palavras do deputado Jailson Lima e sugerir aos defensores públicos que estão nos acompanhando que a carta do defensor que tomou posse, em nome dos demais, seja o primeiro documento a ser lido quando tomam posse, porque ela dá a dimensão de qual é o desafio de um defensor público e quais são os desafios no trato dos direitos dos mais frágeis das comunidades que mais necessitam.

Por último quero dizer que, enquanto o Paraná e o Rio Grande do Sul já têm neste momento 300 defensores públicos, Santa Catarina começa com 45. Então há uma grande diferença, se fizermos o comparativo em relação à população. Por isso, o nosso compromisso público em estruturar em todas as regiões de Santa Catarina a Defensoria Pública.

Muito obrigada e um abraço a todos os defensores públicos que acompanham esta sessão.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Padre Pedro Baldissera, eu gostaria de registrar a presença do prefeito do município de Agrolândia, Sr. José Constant, reeleito com o maior percentual de diferença de votos no alto vale, que está acompanhado do seu vice, o Urbano. Eles estão a caminho de Brasília, onde têm audiência marcada em quatro ministérios. E, pelo que me parece, vai ter muito recurso para estarem trabalhando em Agrolândia. Inclusive, estávamos em reunião no meu gabinete e ele estava me descrevendo o conjunto dessas ações.

Quero também registrar a presença do ex-prefeito Lorinho, do município de Ituporanga, que também nos visitou, onde oficialmente, junto com o José, fizemos o convite para que ele viesse para o nosso partido, naquela região onde o PT tem crescido de forma consistente e representando muito bem também o PT nacional, através do grande trabalho da nossa presidente Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Não havendo oradores inscritos do partido, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, quero adiantar um pouco o debate que em nossa avaliação precisa ser feito nesta Assembleia Legislativa e nesta tribuna.

Recebi recentemente o caderno de estudos intitulado Dívida Pública do Debate, que está na primeira edição da Auditoria Cidadã da Dívida. E temos aqui alguns números que precisam ser divulgados além, evidentemente, da análise.

Peleamos nesta Assembleia Legislativa e em todos os Poderes Legislativos do Brasil, inclusive os municipais e também o federal, além das Assembleias Legislativas, mas é sempre a mesma questão: não tem recursos. Então, não tem recurso para quase nada, melhor dizendo, para quase nada que interesse à grande massa da população brasileira.

Como militante social participei, no ano 2000, do plebiscito popular, quando foram colhidos no Brasil dez milhões de votos, manifestando-se sobre a dívida, mas também os grandes meios, os grandes partidos, os grandes blocos de poder, não deram atenção para as dez milhões de participações populares naquele processo. Mas quem luta não desiste por estar aparentemente numa situação de maior fragilidade, e os resultados começam a aparecer através da CPI que houve em 2009 e 2010, na Câmara Federal e também pela Auditoria Cidadã da Dívida, que é um grupo de militantes populares que não desistem de debater esse assunto por achar ser de interesse primordial.

O Brasil gastou no ano passado, ano de 2012, da graça do senhor, do seu orçamento, com pagamento da dívida externa e interna, com serviços da dívida, com rolagem da dívida, 45,05% do seu orçamento. Foi quase a metade que o Brasil gastou no ano passado com serviços da dívida, o que representa R\$ 708 bilhões, um número mais ou menos grandioso.

Vou citar também gastos com outras áreas, com outros serviços do governo federal no ano passado. Na organização agrária, especificamente reforma agrária, foi 0,12%; urbanismo, 0,08%; com comércio e serviços também 0,08%; direitos de cidadania, 0,06%; na cultura, 0,04%; em esporte e lazer foram gastos 0,02%; com o saneamento básico que se fala tanto que vai ser feito foi gasto 0,02% e, eu repito, 45,05% para a dívida, quase a metade do orçamento, e 0,02% para saneamento. Em ciência e tecnologia 0,32%; na assistência social 2,85%; na educação, 2,99% - menos de 3%; em saúde; 4,07%. São 45,05% para a dívida e para a saúde 4,07%. E ficamos aqui nos batendo, porque não funcionam a Saúde, a Educação e a Segurança Pública.

Portanto, para a Segurança Pública, 0,41% do orçamento e para a dívida, 45,05%, quase a metade do orçamento. São R\$ 708 bilhões. E esse assunto não é debatido nem aqui nem na grande imprensa nem no Congresso Nacional.

Então, fica-se, juntamente com a população, sem entender os motivos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero aproveitar esta oportunidade para falar mais uma vez a respeito da mobilização em defesa da saúde pública, que irá acontecer, amanhã pela manhã, em Brasília, no movimento nacional em defesa da saúde, intitulado Saúde +10.

Santa Catarina, com os seus 180 hospitais comunitários e filantrópicos, vive um momento muito delicado, assim como os mais de dois mil hospitais brasileiros, que realizam mais de três milhões de atendimentos pelo SUS, na rede filantrópica. O nosso estado, através de diversos movimentos sociais, da comissão de Saúde, da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, das ações das igrejas, vem numa cruzada muito forte na coleta de assinaturas, para fazer com que o Brasil construísse, através do SUS, uma legislação que serve de exemplo para qualquer país em termos de assistência à saúde da sua população, mas que ao longo dos anos, esqueceu o financiamento desse sistema. Isso tem resultado numa péssima qualidade de atendimento à saúde da nossa população e ao empobrecimento, ao endividamento do nosso sistema hospitalar.

Por isso, agora a sociedade se organiza, se levanta na busca da retomada de um financiamento. Os municípios já fazem a sua parte, os governos estaduais também, e chegou a vez de o governo federal entrar nessa luta de forma definitiva. Por isso, a sociedade brasileira e catarinense está unida na coleta de assinaturas, em todo o país, para somarmos um milhão e meio de assinaturas e propormos uma emenda, no Congresso Nacional, obrigando o governo federal a aplicar 10% das suas receitas brutas em Saúde. Isso vai dar um aporte financeiro de mais de R\$ 40 bilhões no ministério da Saúde e vai proporcionar o reajuste da tabela do SUS, para proporcionar uma remuneração adequada aos médicos, enfermeiras e também do sistema hospitalar que hoje presta serviço financiando com seus próprios recursos.

Por isso, essa é uma campanha justa, necessária e oportuna. É preciso, deputado Silvio Dreveck, da ajuda de cada parlamentar desta Casa, para que possamos chegar até a presidente da República, antes do final do ano, para pedirmos um reajuste definitivo na tabela do SUS, mesmo antes da aprovação da emenda constitucional, pelo menos na área da baixa e da média complexidade, para evitar o caos nos nossos pequenos e médios hospitais.

A Frente Parlamentar, deputado Jorge Teixeira, tem feito a sua parte. Hoje mesmo está viajando para Brasília um grupo de lideranças ligadas ao assunto. Conseguimos coletar até agora mais de 30 mil assinaturas, e quero agradecer à população de Santa Catarina, às várias instituições que têm somado esforços junto com a Frente Parlamentar.

A campanha ainda tem mais cadernos espalhados pelo interior do nosso

estado para chegar até aqui. Mas estamos fazendo a nossa parte, pois sabemos a importância de termos a tabela do SUS reajustada, os profissionais, bem como os hospitais remunerados adequadamente.

Não é possível que o nosso país pague R\$ 3,50 por uma radiografia e R\$ 10,00 por uma consulta médica na emergência, quando sabemos o real valor desses procedimentos. Isso tem causado um endividamento e uma crise que, se não for estancada agora, no final do ano causará o fechamento de muitos hospitais no Brasil inteiro. O governo do estado vem fazendo a sua parte, mas sozinho nenhum governo estadual deste país conseguirá resolver essa crise causada pela falta de investimentos no setor Saúde.

Por isso, quero agradecer às diversas instituições envolvidas nessa campanha que não é de uma pessoa, mas é um movimento social em nível de Brasil, com várias instituições trabalhando conjuntamente. E amanhã teremos, deputado Dado Chereim, uma concentração em Brasília, a partir das 9h, em frente à Catedral Metropolitana, depois, uma mobilização até o Congresso Nacional para, de uma vez por todas, com a articulação dos parlamentares, começarmos, de maneira definitiva, a mudar o financiamento e o atendimento da Saúde neste país.

Por isso, em nome da Frente Parlamentar, quero agradecer a todos os envolvidos nessa campanha, que não para por aqui, é apenas um estágio. Temos que continuar mobilizados junto ao Congresso Nacional, às autoridades para, de uma maneira definitiva, colocar um ponto final no financiamento da saúde pública deste país.

O Sr. Deputado Dado Chereim - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Chereim - Obrigado, deputado José Milton Scheffer, na verdade não se trata de um financiamento, mas de um subfinanciamento.

Quero parabenizá-lo pela coragem, pela dedicação ao tema. Tenho certeza de que v.exa. será vitorioso, porque do jeito que está a saúde pública não adianta mudar nomes, vai continuar numa situação cada vez mais difícil. E eu não tenho dúvidas de que a sociedade espera pelo menos 7,6 ou 7,8 do PIB aplicados em saúde, já que hoje não chega a 4%.

Então, se hoje há um desespero pré-falimento dos hospitais conveniados com o SUS, muito se deve à falta de recursos via tabela que, na verdade, é uma afronta e uma indignação a qualquer profissional.

Estou fazendo um levantamento muito profundo em relação à situação de Santa Catarina, até para mostrar um pouco a nossa realidade e trazer números que provarão que enquanto um cidadão de Santa Catarina vale R\$ 130,00/ano para o SUS, um cidadão no Rio Grande do Sul vale R\$ 190,00.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Dado Chereim. Quero aqui propor que esta Casa, através da Unale, solicite uma audiência com a Presidência da República, para que possamos colocar essa situação da Saúde, principalmente do financiamento do SUS, para que, de maneira emergencial, o ministério da Saúde possa socorrer os pequenos hospitais. E deveria ser uma ação de todas as Assembleias Legislativas

do nosso país chamar esse assunto para dentro desta Casa, levar até a presidente da República, porque, tenho certeza, ela não possui todo o conhecimento da crise em que vivem os pequenos hospitais.

Todos os dias temos notícias de hospitais, em Santa Catarina e no Brasil, que estão fechando, em função do subfinanciamento. Por isso, fica aqui a proposta e o pedido de apoio a todos os parlamentares, para nos mobilizarmos junto ao Congresso Nacional, para que tramite o mais rápido possível essa emenda de iniciativa popular, para garantir 10% do Orçamento para a saúde pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra todo o respaldo e apoio à iniciativa da emenda popular e, com certeza, a Mesa Diretora dará os devidos encaminhamentos, deputado José Milton Scheffer.

Gostaríamos de fazer um apelo aos deputados que estão nos gabinetes para que estejam presentes na Ordem do Dia, uma vez que teremos vários vetos a serem votados nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que acompanha a nossa sessão, quero comungar em parte com o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes.

Quando a sociedade se prepara para receber a Defensoria Pública e espera ter, numa das suas primeiras ações, o atendimento à população carente, à população com dificuldade, ao trabalhador que não tem assistência jurídica, recebe o anúncio de que nos primeiros 45 dias a Defensoria Pública vai fazer uma força-tarefa para examinar os processos dos presos que estão nos nossos presídios. Acho que isso é uma tarefa complicada, deputado Jorge Teixeira, porque a maioria que está lá foi condenada a 40, 50, 70, e trazer para rua esse povo pode complicar ainda mais a vida do nosso cidadão.

Então, acho um equívoco o primeiro anúncio da Defensoria Pública. A meu ver, criamos mais um elefante branco no estado. A OAB fazia, em termos de Santa Catarina, em convênio com o estado, o melhor sistema de Defensoria Pública do país. Eram quase 10 mil advogados credenciados que atendiam em todos os municípios de Santa Catarina. E agora se quer cobrar que o estado implante a Defensoria Pública em todos os municípios.

É muito estranho que os mesmos deputados do governo federal queiram cobrar que o estado tenha 300 defensores públicos, sendo que em Santa Catarina há sete ou nove defensores federais, eu não lembro ao certo. Tínhamos 10 mil advogados conveniados, e a OAB, através desses advogados, dava um exemplo de Defensoria Pública para o país. Para se mudar, tinha que se mudar a questão em nível nacional e não a questão de Santa Catarina.

Então, concordo com o deputado Kennedy Nunes em seu pronunciamento, quando fica indignado ao ver que a dona-de-

casa, o trabalhador e a mãe que estão com uma questão judicial e precisam de um defensor recebem a notícia de que a Defensoria coloca como primeira opção a questão do sistema prisional que já tem o acompanhamento do advogado e do Ministério Público. Portanto, eu vejo isso como um grande equívoco. Aí a Defensoria vai fazer o trabalho que o Ministério Público está fazendo. Daí o Ministério Público quer investir para fazer o trabalho da Polícia Federal e da Polícia Civil. Então, temos que realmente reestudar - se é para reestudar - as atribuições constitucionais de cada instituição.

Mas, como disse a deputada Luciane Carminatti, não precisamos fazer daqui a 30 dias uma audiência pública para ver os primeiros 30 dias da Defensoria, porque se já foi anunciado que os primeiros 40 dias estarão dedicados a rever os processos judiciais dos presos que estão recolhidos, então já está dito o que a Defensoria Pública vai fazer em nível de estado. E não se pode cobrar número de defensores para o estado, quando a união tem sete ou nove defensores no estado de Santa Catarina. É muito fácil cobrar, quando acabamos não fazendo a nossa própria parte.

Gostaria também de parabenizar aqui o deputado Antônio Aguiar, pelo seu pronunciamento, quando falou dos investimentos do governo do estado. E o governador Raimundo Colombo esteve, na última quinta-feira, no município de Canoinhas, inaugurando o Colégio Estadual João José de Souza Cabral.

Eu sou canoinhense e quero parabenizar o governo do estado por esses investimentos na área da educação no planalto norte. E sabemos do trabalho que o deputado Antônio Aguiar tem feito em defesa da nossa região, da minha região e terra natal também. O deputado Antônio Aguiar também é o nosso conterrâneo, somos de Canoinhas, somos do distrito de Marçílio Dias.

Também quero comunicar que estive, na última sexta-feira, no município de Navegantes acompanhando uma reunião do prefeito Roberto Carlos, com todo o seu secretariado, principalmente da área da educação e social.

Existe a preocupação do município e ações sociais, principalmente com as crianças, com os jovens, no combate às drogas, na interação da juventude com a comunidade. E é aí que a secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude tem vários projetos em andamento - Viva sem drogas. Pratique esporte -, envolvendo, enfim, todas as secretarias do município.

O município de Navegantes está lançando o pacto pela criança, um trabalho da secretaria da criança e do adolescente, da administração municipal como um todo, procurando interagir e fazer atividades, em todos os bairros do município, em prol do combate às drogas, da difusão das atividades esportivas. Então, fiquei muito contente, animado, em ver o trabalho desenvolvido pelo prefeito Roberto Carlos, lá no município de Navegantes. E parabéns ao secretário da Saúde, Juliano de Maria, ao secretário do Bem-Estar Social e a todos que estão envolvidos naquele projeto.

Finalmente, gostaria de parabenizar o nosso colega que já foi homenageado pela Assembleia Legislativa, delegado Renato Hendges, o nosso Renatão, que foi reeleito na última sexta-feira, presidente da Adepol/SC -

Associação dos Delegados de Polícia De Santa Catarina, que fez o dobro da votação da outra chapa. Isso demonstra o prestígio do Renato, a confiança dos colegas, sem desmerecer a chapa de oposição, mas que mostrou a firmeza e posição coerente, a determinação que o delegado Renato Hendges tem dado em prol e defesa da classe.

Ainda foram eleitos Mauro Dutra como vice-presidente, Paulo Norberto Koerich como segundo vice-presidente, Lauro Cesar Radtke Braga como primeiro-tesoureiro, a delegada Ester Coelho, que faz um grande trabalho. Como secretária temos a delegada Izabel Fontes, o delegado Rodrigo Bortolini, enfim, uma mescla de novos e antigos delegados de Polícia compõem essa chapa.

Contam o delegado Renato Hendges e a Adepol com todo o apoio desta Casa nos pleitos da Segurança Pública. Sabemos que as questões são salariais, mas são várias questões, também, de interesse e em defesa da sociedade.

Também os delegados Luiz Vanderlei Sala, Valter Claudino Rodrigues, Ademir Tadeu de Oliveira, Nivaldo Claudino Rodrigues, Rodrigo Martinez, o delegado Cláudio Monteiro, grande delegado de combate e repressão ao tóxico no estado de Santa Catarina, delegado Lenio Fortkamp, diretor da Academia quando ingressei na instituição Polícia Civil, Maurício Noronha, antigo diretor da Deic, Zulmar Valverde da Silva, grande delegado de Joinville, Mônica Coimbra Forcellini, uma jovem e grande delegada do nosso estado, Marcio Schutz, Lúcia Stefanovich, nossa grande secretária e delegada de Polícia que atende à área do 5º DP, faz o trabalho possível e impossível para a manutenção da ordem pública, o delegado Fernando Calfass, o delegado Raphael de Oliveira, o delegado Carlos Augusto Morbini, de São Lourenço do Oeste, o André Luiz Mendes da Silveira, delegado e já ex-secretário de Segurança do nosso estado, enfim, os nossos parabéns à Adepol, à nova diretoria.

Não houve perdedores ou vencedores, mas mostrou que realmente a categoria queria a permanência do delegado Renato que foi o vencedor junto com essa seleta, como é toda a classe dos delegados de Polícia, nominata vencedora na eleição, mas o maior vencedor tem que ser, sim, a segurança do estado de Santa Catarina.

Parabéns à Adepol pelo trabalho que é desenvolvido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de deixar um registro da maior importância, sr. presidente, até porque há pouco tempo passamos por um momento muito difícil no estado, que, segundo informações, foi estimulado pelo PCC, Primeiro Comando da Capital. Então, gostaria de parabenizar, sr. presidente, os policiais rodoviários federais de Barra Velha, deputado Nilson Gonçalves, que nesta madrugada, meia-noite, numa abordagem de rotina, pegaram um casal do primeiro escalão do PCC.

Eles eram de São Paulo, estavam morando em Balneário Camboriú, e foram presos

com documentos falsos, com um histórico grande. Por isso, gostaria de parabenizar a ação dos policiais federais de Barra Velha.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência registra com muita alegria a presença do prefeito Nilson, do município de Presidente Getúlio. Seja bem-vindo à nossa Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0270/2011, da deputada Paula Lima.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0180/2013, de autoria do deputado Manoel Mota; 0181/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0182/2013, 0183/2013, 0184/2013 e 0185/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0186/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0187/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0188/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e 0189/2013, 0190/2013 e 0191/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0263/2013 e 0274/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0264/2013 e 0265/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0266/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0271/013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0272/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0273/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0267/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Junta Comercial do Estado, solicitando cópia de todos os atos praticados pelo Conselho de Administração do Sistema Financeiro Besc, relativos à transferência do controle acionário do referido sistema à união.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0268/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, pedindo informações acerca do processo de transferência do controle acionário do Sistema Financeiro Besc para a união.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0269/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Banco do Brasil, pedindo informações acerca do processo de transferência do controle acionário do Sistema Financeiro Besc para a união.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0270/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao ministro da Fazenda, pedindo informações acerca do processo de transferência do controle acionário do Sistema Financeiro Besc para a união.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0031/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre o funcionamento, manutenção e administração do Hospital Tereza Ramos, de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0032/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações sobre as obras de pavimentação da SC-477 e de recuperação da BR-116.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0033/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao diretor-presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina, solicitando informações sobre a implantação da linha de transmissão entre os municípios de Canoinhas e Papanduva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0034/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes à forma de contrato que autoriza a exploração da travessia por balsa ferryboat entre os municípios de Itajaí e Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, atendendo ao Ofício n. 0077/2013, de autoria do presidente da Fecomércio, sr. Bruno Breithaupt, e do sr. Marcos Arzua, diretor-executivo, e com a aquiescência dos líderes partidários, esta Presidência vai suspender a sessão por até dez minutos para conceder a palavra ao solicitante, que deseja fazer o lançamento da Agenda Política Legislativa do Comércio Catarinense 2013.

A sessão está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente líder da bancada do PMDB e conterrâneo do presidente Bruno Breithaupt, deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, presidente, deputado Joares Ponticelli, a Fecomércio é uma entidade que congrega importantes sindicados e a representação do comércio, dos serviços e do turismo do estado de Santa Catarina, já representa a maioria do nosso PIB, conforme dados apresentados na agenda legislativa, e edita neste ano a primeira agenda legislativa.

Assim, não poderia deixar, em nome da bancada do PMDB, de parabenizar a entidade, em nome do presidente Bruno Breithaupt, pela atitude, pois é importante para o legislador conhecer o pensamento e interagir com as entidades estabelecidas que representam o segmento, a exemplo da Fecomércio que, além de representar o segmento, presta um trabalho social significativo para o nosso estado, através do Senac, do Senai, dentre outras entidades que estão sob a sua alçada.

Parabéns à Fecomércio pela atitude, e vamos olhar com a atenção devida a agenda legislativa proposta pela Fecomércio.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Outro parlamentar que, além da relação pessoal com v.sa., também tem sido extremamente dedicado a essa causa é o

nosso deputado Silvio Dreveck, a quem concedo a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estivemos participando na semana passada, mais precisamente na última quarta-feira, de um encontro de todas as entidades ligadas à Fecomércio dos estados do sul do Brasil, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, mas com a presença de outros estados do sudeste, do centro-oeste. Foi uma ação e uma demonstração clara do quanto essa entidade não é só representativa para a nossa sociedade, mas o quanto ela tem contribuído para o desenvolvimento de Santa Catarina, gerando riquezas, empregos e renda. Além de tudo isso é uma entidade que tem uma participação democrática.

Para concluir, quero ressaltar a grande atuação do presidente Bruno Breithaupt, com toda a sua equipe, que, além de fazer o seu trabalho na entidade, tem demonstrado seu interesse e preocupação com os projetos. Portanto, todas as decisões que serão tomadas aqui serão em conjunto com as entidades, para construir projetos que possam construir, que possam somar, que possam agregar para o desenvolvimento do nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado!

Presidente Bruno e dignos representantes da Fecomércio, mais uma vez contem com as portas desta Casa sempre abertas. Apresentem aqui as suas contribuições, sugestões, críticas, a todo o processo legislativo, porque é dessa forma que vamos aperfeiçoá-lo em favor dos catarinenses. Muito obrigado pelo prestígio que dá a esta Casa mais uma vez.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o eminente deputado Nilson Gonçalves, a quem concedo a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de falar sobre um requerimento que endereçamos às Forças Armadas, ao Senado, aos deputados federais, no Congresso Nacional. E o fizemos porque é difícil a semana em que não temos a repercussão do que ocorre aí fora com relação às drogas, ao trânsito de bandidos profissionais de um estado para o outro, à migração do crime de outros estados para Santa Catarina e vice-versa.

Por conta de assistir a tudo isso, novamente estamos fazendo um requerimento, porque entendemos que as Forças Armadas deste país podem efetivamente fazer alguma coisa para inibir o fluxo de bandidos de um estado para outro, de cargas, o que ocorreu recentemente. Há uma semana um caminhão foi apreendido com uma carga que não estava nem camuflada. Eram cigarros contrabandeados do Paraguai. E ontem à noite a Polícia Rodoviária Federal prendeu um casal que faz parte do alto comando do PCC em nível nacional.

Existe um trânsito de bandidos profissionais neste país, especialmente em Santa Catarina, que vão e voltam tranquilamente. Então, poderíamos ter o Exército fazendo o policiamento das divisas do estado Santa Catarina. Dizem que isso é difícil, mas não vejo assim.

O próprio estado de Pernambuco fez uma solicitação ao Exército, ao ministério do

Exército, ao ministério da Justiça, para que possa enviar tropas do para fiscalizar as suas divisas. O próprio estado de Pernambuco fez esse pedido por conta da migração exagerada, descarada, de bandidos que vêm do Rio de Janeiro para aquele estado.

Nós, aqui, estamos vivenciando isso. Toda semana estamos vivenciando esse tipo de problema. E eu, recentemente, viajava para Mendoza, numa daquelas viagens que faço de moto, com a minha esposa, nas férias, e vi que lá na divisa de uma província para outra existe a fiscalização do Exército, existe.

Vou mostrar uma fotografia para os senhores do que existe lá na Argentina. Peço à assessoria que coloque a foto no telão.

Ali, lê-se "Benvenuto Mendoza". Essa é uma entrada, na chegada, ou seja, ao estado. Ali é feita uma fiscalização, uma filtragem das pessoas que entram. Se há suspeita, tem uma suspeição qualquer, está ali o policiamento na divisa de um estado para outro acompanhando as pessoas. Demora, faz fila, mas não interessa. O que interessa é que eles estão vendo exatamente os carros suspeitos, veículos que podem, eventualmente, ter algum problema, estão olhando na entrada de seu estado.

Então, o que estamos fazendo é justamente pedindo para que em nível nacional possamos ter esse tipo de trabalho também aqui, em Santa Catarina, na divisa do nosso estado, tanto para o Paraná quanto para o Rio Grande do Sul.

Não compete a nós fazermos isso. Nem nós, deputados estaduais, nem a Assembleia Legislativa podemos fazer isso.

Então, estou fazendo o pedido para o Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, para o Senado Federal, para o Ministro da Justiça, enfim, enviando para as autoridades afins, para que eles possam se entender, porque é importante, pelo menos, fazer um estudo dessa possibilidade.

Sr. presidente, quero relatar que o senhor governador do estado esteve, ontem, no município de Massaranduba, com o prefeito Mário Fernando Reinke. Infelizmente, não pudemos estar presentes, mas depois, conversando com o prefeito Fernando, ficamos sabendo e corroborando com aquilo que já havíamos reivindicando junto ao governo do estado. E agora, finalmente, vamos ter a ordem de serviço, aliás, já foi dada a ordem de serviço. É a primeira ordem de serviço do Pacto por Santa Catarina, que foi assinado ontem, à tarde, no posto Pacheco, em Massaranduba, com a presença do governador e do prefeito. Isso vai trazer melhorias para cerca de quase 16 quilômetros da SC-108, antiga SC-403, entre o trecho das cidades de Massaranduba e Blumenau.

Vamos ter também, daqui a 15 dias, mais um investimento na região de Guaramirim, ou seja, no trecho da antiga SC-406, entre a Malwee, de Jaraguá do Sul, e o limite com Pomerode. Será um trabalho que daqui a 15 dias teremos.

Também tivemos a boa notícia de que as indenizações, desapropriações, para a estrada do Rio do Morro estão bem encaminhadas, e vai ser tomada a obra, o trabalho para o asfaltamento da rodovia que estava parada. Por consequência, estvamos sendo cobrados ostensivamente por toda a sociedade catarinense.

Temos, hoje, a presença do secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues, em nossa região. E ficamos sabendo pela imprensa que ele está entregando equipamentos, guinchos etc. para Barra Velha, na colônia de pescadores, às 10h30; às 12h30 estive na Barra do Sul também entregando guincho; às 14h, em São Francisco do Sul; às 16h, em Joinville, em todas as colônias de pescadores; às 18h estará em Garuva e às 20h, em Itapoá. Em todas essas localidades que fazem parte da nossa região o referido secretário entregará equipamentos, guinchos com tração nas quatro rodas para puxar embarcações de até 20 toneladas, beneficiando substancialmente os pescadores de nossa região.

O que nos causa espécie, na verdade, é que é a região em que trabalhamos e que tanto reivindicamos e pedimos ao sr. governador, através do sr. secretário e dos demais, esses equipamentos. Mas não obtivemos respostas. E, de repente, ficamos sabendo pela imprensa que o sr. secretário está fazendo a entrega dos equipamentos na nossa região.

Por conta disso, esse deputado, em que pese a grande amizade que tenho com o deputado João Rodrigues, quero-o muito bem, pois é um grande amigo, porém, amizade à parte, tive que fazer um pedido de informação para a secretaria de Agricultura, para saber quais os valores e os critérios adotados pela referida secretaria para a distribuição desses equipamentos e os recursos financeiros nos municípios da minha região, que é o norte e nordeste, abrangidos pela SDR de Joinville, nos anos de 2012 e, agora, no ano de 2013.

Faço isso nada mais nada menos do que cumprindo a minha própria obrigação. E já que não sou comunicado pelo secretário, faço através da carta pedido de informação, para saber o que está acontecendo, porque estão sendo entregues esses equipamentos e não tenho conhecimento nenhum.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de comunicar a v.exa., juntamente com o eminente deputado Nilson Gonçalves, que levaremos ao sr. governador a preocupação do eminente deputado, para que tenha ciência também do desconforto causado até pela condição de estar na região do parlamentar sem comunicá-lo.

Então, na condição de líder do governo, relatarei ao sr. governador esse fato, até para que se tome as providências devidas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos, logo em seguida será o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os nobres deputados e cumprimentar o deputado Nilson Gonçalves, da base do governo.

Deputada Ana Paula Lima, como o secretário da Agricultura é um grande pescador,

ele está entregando guincho, e o deputado Nilson Gonçalves está ficando no gancho.

Esse trocadilho é uma brincadeira, deputado Nilson Gonçalves. Mas torna-se importante em vista do pedido de informação que v.exa., que é da base do governo, está fazendo sobre a origem dos recursos com os quais estão sendo comprados esses guinchos, para termos noção dos investimentos que estão sendo feitos aí.

Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera que preside esta sessão, quero aqui fazer o registro de que às vezes no partido reclamamos de alguns ministros, nós que somos da base do governo federal, tendo em vista a peregrinação de alguns ministros a Santa Catarina, provavelmente um dos estados que mais ministros da República vêm anunciando uma série de ações importantes.

A notícia da BMW é fruto da política econômica implementada pela presidente Dilma Rousseff, por exemplo, em que, além das empresas aqui instaladas, terão que transferir tecnologias. Isso é um dado relevante.

Por isso, estive aqui o ministro Pimentel, nosso ministro da Indústria e Comércio, que trabalha nessa questão operacional, no protocolo de assinatura do contrato da BMW, referendado na Fiesc.

Hoje, por exemplo, estive aqui nosso ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que foi condecorado com a Medalha de Honra ao Mérito Anita Garibaldi. Ou seja, virou cidadão catarinense na medida em que o governo federal foi um parceiro efetivo no controle da segurança pública, com todos os delitos em segurança que teve esse estado. Diga-se de passagem, houve muita demora por parte do governo estadual em tomar uma posição efetiva de buscar apoio no governo federal. E o nosso ministro hoje, deputado Mauro de Nadal, foi muito claro quando a presidente Dilma Rousseff disse que Santa Catarina precisa de ajuda, porque segurança é política de estado, independente das divergências políticas que possamos ter no campo da vida pública.

Divergências políticas que temos hoje certamente teremos na eleição do ano que vem, tendo em vista o rumo que o nosso partido tem trilhado nos eventos microrregionais do partido, para debater a política do processo eleitoral deste ano que temos no PT, para eleger o presidente do PT no estado de Santa Catarina e no país.

Porém, essa romaria de ministros a Santa Catarina mostra tranquilamente o quanto o governo federal tem pautado e apoiado o nosso governo, o governo do estado, com a assinatura do protocolo, por exemplo, do presidente do BNDES, de R\$ 3 bilhões em recursos, que chegarão a R\$9 bilhões ao todo, no decorrer dos quatro anos de investimentos em Santa Catarina.

Esperamos agilidade do governo, sim, porque à medida que o governo do estado não executa essas obras com qualidade adequada e com a velocidade que se faz necessária, povo catarinense perde.

Por isso, é importante sim, deputado Nilson Gonçalves, que esses guinchos sejam entregues aos pescadores para que eles tenham melhores condições de trabalho, porque foi o nosso governo que criou o ministério da Pesca, para efetivamente olhar os pescadores deste País. E aqui também tem, na secretaria, essa

preocupação com os pescadores de Santa Catarina.

Com toda a certeza, na próxima reunião, deputado Nilson Gonçalves, na próxima entrega de guinchos v.exa. estará junto, entregando os guinchinhos aos pescadores da sua região, o que é justo com o trabalho que v.exa. faz aqui, representando este governo, fazendo a defesa dele.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não! Com toda a certeza, deputado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. está falando e sou obrigado a concordar. Eu só não quero que esses atos tornem o nosso secretário pescador de votos, mas que torne os pescadores com mais em condições de trabalho. E que não seja isso um ato de pesca de votos. Que seja um ato de trabalho e de progresso no nosso estado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Nilson Gonçalves, brilhante intervenção a sua. Tenho certeza de que v.exa. sempre foi uma figura muito firme, coerente, transparente, independente do cenário que se encontra, sempre que se manifesta dessa forma.

Quero aqui também ressaltar, deputado Aldo Schneider, deputado Jorge Teixeira, o evento que estaremos fazendo, os três gabinetes juntos, no alto vale, juntamente com a Fatma.

Tivemos a sapiência de unir esforços para no alto Vale fazermos o primeiro seminário, com o superintendente da Fatma, para discutirmos as políticas públicas necessárias para a região.

Hoje, um cidadão que vai fazer uma lagoa na sua propriedade precisa de licença da Fatma. Se vai criar frangos, precisa ter licença da Fatma. A suinocultura precisa de licença da Fatma; para ser executado um loteamento também é preciso licença da Fatma, ou seja, o Programa Minha Casa, Minha Vida precisa de licença da Fatma. E estamos com todas essas licenças no estado de Santa Catarina, deputado Padre Pedro Baldissera, extremamente atrasadas, criando um funil para o desenvolvimento econômico do estado catarinense, porque muitas ações estão deixando de ser executadas pela lentidão da Fatma.

O novo superintendente Gean Loureiro, figura ágil, à medida que fizemos o convite já se colocou à disposição, e amanhã estaremos nos reunindo na região, os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, empresários, os sindicatos rurais, os sindicatos patronais, os trabalhadores, para discutir a importância da Fatma no contexto da liberação dessas licenças, e quem sabe fazer, deputado Aldo Schneider, uma parceria com a Amab, colocando dirigentes para darem agilidade nesses eventos.

Existem para Santa Catarina, este ano, 20 mil habitações à disposição do governo federal. Talvez não se consiga chegar a 15 mil habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida por dificuldades de licenças ambientais para os processos de loteamentos, inclusive de interesse social para os municípios, deputada Ana Paula Lima.

Temos visto que o superintendente Gean Loureiro, uma figura ágil e trabalhadora, tem vontade que essas questões andem. Por isso, estaremos amanhã em Rio do Sul,

participando do seminário regional. E sugiro que todos os deputados deste plenário façam o mesmo nas suas regiões, convidando prefeitos, vereadores, estimulando os municípios a criar uma fundação do meio ambiente. Aí, quem sabe, a Fatma possa transferir parte da sua atividade para que a Fundação do Meio Ambiente do Município possa executar e operacionalizar esse trabalho, emitindo as licenças, porque um prefeito com a sua estrutura tem condições para fazer essa atividade.

Quero neste minuto que me falta aproveitar para cumprimentar o prefeito de Presidente Getúlio, Nilson Francisco Stainsack, que se encontra em plenário. Estivemos juntos no final de semana. Ele disse que irá a Brasília, deputada Ana Paula Lima. E o seu marido, Décio Lima, já informou que o estará aguardando em Brasília, assim como os seus pleitos para a região do alto vale.

Quero parabenizar também os cidadãos de Rio do Sul, pelo aniversário da cidade que está comemorando 82 anos no dia 15, também o prefeito Gariba, o nosso vice-prefeito Jean de Liz, pelas atividades que estão fazendo naquela cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente quero cumprimentar o nosso prefeito da região que representamos na Casa do Povo de Santa Catarina, o prefeito Nilson Francisco Stainsack, da cidade de Presidente Getúlio, juntamente com vereadores. Desejo-lhe boas-vindas, pois com certeza está em busca de obras, recursos e ações para melhorar a vida da comunidade que escolheu para viver.

Sr. presidente, preciso relatar o fato que ocorreu na última quinta-feira, no Centro Integrado de Cultura, de Florianópolis, onde o governador Raimundo Colombo, juntamente com toda a equipe de governo, mais o presidente do BNDS, doutor Luciano Coutinho, com a presença da ministra Ideli Salvatti, conseguimos viabilizar a assinatura de um contrato de financiamento, na ordem de R\$ 3 bilhões, aprovado por esta Casa.

Esse financiamento vem fazer parte do pacto por Santa Catarina. São recursos na ordem de quase R\$ 10 bilhões, R\$ 9,4 bilhões, mas evidentemente esses recursos farão a diferença no desenvolvimento deste estado.

Peço à assessoria que transmita o nosso discurso, o que ocorreu efetivamente na última quinta-feira, no Centro Integrado de Cultura.

(Procede-se à projeção de vídeo.)

Esse é o maior investimento na infraestrutura da história do estado. São R\$ 9,4 bilhões, dinheiro esse vindo uma parte do BNDES, outra parte do Banco do Brasil e outra da Caixa Econômica. São recursos a fundo perdidos do governo federal, da ordem de quatrocentos e poucos milhões. São R\$ 9,4 bilhões que o governo do estado tem neste momento para fazer investimento em diversas áreas que vamos ver agora no painel.

O convênio que foi assinado na última quinta-feira versa sobre os R\$ 3 bilhões,

mas o contrato com o BNDES é de R\$ 3,7 bilhões, sendo que R\$ 719 milhões já estão contratados; a ordem de serviço da grande maioria já está na estrada, e os R\$ 3 bilhões, a partir da assinatura desse convênio, já estão aptos para serem emitidas as ordens de serviço e as respectivas licitações para as obras que serão contempladas por esses R\$ 3,7 bilhões oriundos do BNDES.

Do primeiro contrato de R\$ 719 milhões, já foram lançados editais para a execução de 75% dessas obras. Desses 75%, 36% são para a emissão de ordens de serviço, sendo que 15% dessas obras já estão sendo executadas.

Então, é a agilidade do governo também, não basta somente na questão da obtenção do empréstimo, desta Casa aprovar, mas de colocar agora em funcionamento efetivo a contratação desses empréstimos.

O segundo contrato é de R\$ 3 bilhões, sendo que temos 41% de editais prontos para licitação e 8% já foram emitidas as ordens de serviço, que é a Ponte Hercílio, pois está previsto um investimento de R\$ 150 milhões. Então, desses R\$ 3 bilhões, já estão sendo executados, neste momento, 8%.

Na segurança estamos investindo R\$ 225 milhões, está sendo feita a aquisição de 1.600 veículos, mais de 1.000 pontos de monitoramento, ou seja, mais de 1.000 câmaras a secretaria da Segurança vai adquirir, e R\$ 25 milhões são destinados ao combate a incêndio e socorro.

Esse caminhão é o primeiro caminhão na história de Santa Catarina a ser adquirido que vai ficar na sede, em Florianópolis, mas fora desse mais alguns caminhões serão comprados, ambulâncias, proteção individual para os profissionais bombeiros e da Polícia Militar. Para se ter uma noção, srs. deputados e sras. deputadas, se tivéssemos que colocar hoje todos os bombeiros neste exato momento com as suas atividades, não teríamos material de proteção humana para esses bombeiros. E com esses recursos estamos viabilizando para todos os servidores na área da segurança, dos bombeiros e de equipamentos de proteção individual.

Estamos comprando também mais de 10.000 pistolas. Na área da educação, estamos aportando R\$ 507 milhões e 230 escolas estão sendo recuperadas e reformadas em todos os municípios de Santa Catarina. São obras que vão realmente fazer a diferença na melhoria da educação da sociedade catarinense.

Na área da saúde, está previsto um investimento de R\$ 501 milhões, sendo 17 ampliações de hospitais, 21 construções de policlínicas equipadas para atender, no mínimo, seis especialidades, e esse projeto facilitará a vida do cidadão catarinense, pois ele ficará à uma hora da localização dessas policlínicas.

Assim sendo, na área da saúde vamos ter um impacto extremamente positivo tanto na reforma, na ampliação, na construção de hospitais quanto nas escolas.

Na questão da mobilidade urbana já está sendo reformada a ponte Hercílio Luz, uma obra de R\$ 150 milhões, que está em andamento. E junto a isso estamos disponibilizando R\$ 80 milhões para o novo acesso ao sul da ilha, ao aeroporto de Florianópolis.

São recursos na ordem de R\$ 3 bilhões, contemplando mais de cem rodovias em Santa Catarina, com restaurações, revitalização, eliminação de pontos críticos e questões das terceiras pistas onde a rodovia apresenta certo perigo. Então, temos mais de cem estradas previstas para construção nesse Pacto por Santa Catarina.

Por isso, gostaria de enaltecer o trabalho incansável do governador Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, da equipe do governo capitaneada pelas secretarias da Fazenda, de Infraestrutura, da Saúde, da Justiça e Cidadania. Mas quero também enaltecer o trabalho incansável da presidente Dilma, do vice-presidente Michel Temer, que foram e estão sendo sensíveis aos pleitos do nosso estado.

Nós, que temos a responsabilidade de administrar Santa Catarina, temos a consciência de que a possibilidade de receita própria no que tange ao investimento, o percentual do estado, é diminuta. Então, juntamente com os prefeitos, temos condições de buscar junto ao governo federal a possibilidade de através desse aporte financeiro que o governo federal está colocando no nosso estado, através do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, da Acafe, do Bird, espalhar obras importantes por todas as regiões de Santa Catarina.

Não diria que são obras que foram esquecidas pelos governos anteriores, pelo contrário, cada governo tem o seu momento e suas demandas. Evidentemente que, se tudo fosse fácil, todos os governos que passaram pelo nosso estado já teriam resolvido esses problemas. Mas se não contássemos com a agilidade do governo do estado, com a compreensão do governo federal, através da presidente Dilma e do vice-presidente e com a agilidade desta Casa na aprovação de todos esses processos, com certeza não estaríamos aqui agora comemorando o que Santa Catarina começará a ver a partir dos próximos meses, dos próximos dias, no que se refere a obras espalhadas por todo o estado.

Então, tenho que fazer de público um agradecimento ao governo estadual, ao governo federal e à Assembleia Legislativa pela concretização dessas ações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, ontem à noite, com a presença de diversos parlamentares, em Tijucas, participamos de uma audiência pública convocada pelos vereadores daquele município, pois como em mais de outras 150 cidades existe o empenho para tentar resolver os problemas dos hospitais.

Em Tijucas a direção do hospital apresentou um movimento apenas da emergência e da maternidade.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março o custo operacional, considerando médicos, enfermagem, medicamentos, enfim, o que foi gasto, somou de R\$ 100 mil a R\$ 110 mil; e o hospital arrecadou com o pagamento do SUS e também com o pagamento de alguns

procedimentos particulares em torno de R\$ 20 mil a R\$ 26 mil. Ou seja, o valor que o hospital recebeu teria que ser multiplicado no mínimo por quatro para conseguir viabilizar o pagamento das despesas e fazer funcionar o Hospital São José, em Tijucas.

E essa questão vem se repetindo por muito tempo, inclusive, no ano passado e nos últimos anos o prefeito da cidade repassava mensalmente valores variáveis, cujo objetivo era neutralizar o negativo do mês, mas que, por alguma deficiência na legislação, por falta de autorização ou por falta de lei, enfim, por alguns motivos a prefeitura de Tijucas, nos meses de janeiro, fevereiro, março e agora, abril, não repassou nenhum valor para o Hospital São José e para a Maternidade Chiquinha Gallotti.

Sendo assim, com esse prejuízo de R\$ 80 mil a R\$ 85 mil todo mês, naturalmente, as irmãs da Divina Providência que, aliás, administram também outros hospitais, como o de Tubarão, Blumenau, o Colégio Coração de Jesus e o Hospital São José, sempre tiveram muitas dificuldades, mas sempre conseguiram buscar formas compensatórias como, por exemplo, rifas, jantares dançantes e sempre contaram com a benevolência de certas pessoas. Tudo isso, somado a alguns procedimentos particulares, fez com que o hospital conseguisse se manter até os dias de hoje, mas chegou num ponto que as irmãs não conseguiram mais compensar o desequilíbrio financeiro e tiveram que entregar a chave daquele hospital ao prefeito da cidade.

Eu também entendo que a Saúde, assim como a Segurança Pública e a Educação, não podem ter a responsabilidade terceirizada. A Saúde não pode ficar à mercê da caridade e da benevolência das pessoas ou do esforço das irmãs, padres ou pastores, que mantêm a grande maioria, os mais de 180 hospitais hoje ditos filantrópicos, a exemplo do Hospital de São Bento do Sul, deputado Sílvio Dreveck. Eu sei da dificuldade que elas têm e certamente lá em São Bento do Sul conseguem buscar formas compensatórias para conseguir manter o funcionamento.

Mas seguramente em todos os lugares a dificuldade é parecida. Em algumas cidades o hospital entra em falência total, tendo que entregar a chave para quem é o maior responsável pela cidade, no caso o prefeito e a Câmara de Vereadores.

Por isso que a Câmara de Vereadores convocou uma audiência pública para os vereadores manifestarem a sua preocupação perante a sociedade e para a direção do hospital apresentar esses números que eu apresentei aqui - e naturalmente que foram apresentados com mais detalhes - e justificar a dificuldade e a impotência que tem para continuar administrando esse serviço. E o prefeito terá a oportunidade de explicar para a população se vai contribuir ou não e como poderá fazer algum movimento para modificar essa situação da saúde.

Então, ao final daquela audiência tirou-se pelo menos três ou quatro ações que a Câmara vai comandar e fazer os devidos encaminhamentos.

Eu, o deputado Sílvio Dreveck e o deputado federal Espiridião Amin, representando toda a bancada, seguramente

receberemos em breve vindo da Câmara o que está sendo encaminhado e como está sendo encaminhado. Neste momento, exatamente às 17h, a Câmara de Vereadores, um representante da sociedade de Tijucas e dois ou três representantes do Hospital São José estão reunidos com o prefeito para ver com quanto a prefeitura poderá contribuir, porque pelos números apresentados lá, e como eu mostrei aqui de R\$ 100 a R\$ 110 mil, R\$ R\$ 25 mil eles recebem do SUS e de procedimentos particulares e R\$ 86 mil ficam em aberto. Mas ainda há os procedimentos na maternidade, que o prejuízo é um pouco menor, mas também existe. E para poder funcionar com segurança teria que ter uma injeção mensal, somente na emergência da maternidade e do hospital, em torno de R\$ 200 mil a R\$ 220 mil. Esse recurso teria que vir por parte da prefeitura, e outra parte poderia se buscar - e essa para

mim seria a forma mais fácil e simples - pela correção da tabela do SUS.

Os procedimentos pagos, hoje, são os mesmos procedimentos pagos em 1996 e 1997. Na época já eram ruins, péssimos, e os médicos e hospitais reclamavam do valor aviltante. Hoje não sei como dá para chamá-los. Mas isso demonstra que todo o sistema de saúde e que todos os hospitais estão entrando em falência e não conseguem mais sobreviver com outras formas compensatórias.

Certamente depois daquela audiência e de outras audiências que vão acontecer pelo estado em outros hospitais; certamente depois do movimento que a Assembleia Legislativa vai fazer através da comissão de Saúde coordenada pelo deputado Volnei Morastoni, tenho certeza de que haverá algum movimento para mover o coração do governo federal no sentido de

melhorar a tabela das AIHs e com isso melhorar a vida dos hospitais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 014-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Gelson Merisio, no dia 18 corrente mês, para tratar de assuntos particulares. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 18 de abril de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 015-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 003-DL, de 5 de março de 2013.

Inclui nas Comissões Permanentes a Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado José Nei A. Ascari

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Serafim Venzon

Deputado Aldo Schneider

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Darci de Matos

Deputada Angela Albino

Deputado Marcos Vieira

Deputado Valmir Comin

Deputado Neodi Saretta

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Aldo Schneider

Deputado Antonio Aguiar

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Reno Caramori

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado José Nei A. Ascari

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Angela Albino

Deputado Jorge Teixeira

Deputada Luciane Carminatti

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Reno Caramori

Deputado Darci de Matos

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Aldo Schneider

Deputado Marcos Vieira

Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Antonio Aguiar

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Dado Cherem

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Jorge Teixeira

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Serafim Venzon

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Marcos Vieira

Deputada Angela Albino

Deputado Ciro Roza

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Aldo Schneider

Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Dado Cherem

Deputado Gelson Merisio

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Moacir Sopelsa

Deputada Angela Albino

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,

COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Neodi Saretta

Deputado Aldo Schneider

Deputado Edison Andrino

Deputado Dado Cherem

Deputado Altair Guidi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Altair Guidi

Deputado Ciro Roza

Deputado Valmir Comin

Deputado Neodi Saretta

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Edison Andrino

Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Edison Andrino

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Reno Caramori

Deputado Dóia Guglielmi

Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Reno Caramori

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Edison Andrino

Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Altair Guidi

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Aldo Schneider

Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado José Nei A. Ascari

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Altair Guidi

Deputada Luciane Carminatti

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Serafim Venzon

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Deputado Serafim Venzon

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Valmir Comin

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Dado Cherem

Deputado Reno Caramori

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Gelson Merisio

Deputado Sargento Amauri Soares

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 17 de abril de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 016-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 47, § 3º, da Constituição do Estado, combinado com o art. 41 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições,

CONSTITUI Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada pelos Senhores Deputados Silvio Dreveck, Moacir Sopelsa, Edison Andrino, Marcos Vieira, Ana Paula Lima, Mauricio Eskudlark e Sargento Amauri Soares, para apurar, como fato determinado, a precariedade dos serviços de telefonia móvel oferecidos pelas empresas que operam em Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 18 de abril de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 215, de 18 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0391/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO**, matrícula nº 1964, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 70,83% (setenta vírgula oitenta e três por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-5 e 9,17% (nove vírgula dezessete por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-2 do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 829/91, de 24/04/1991, com eficácia financeira a contar de 10 de abril de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas do dia dois de abril do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala 01 de reuniões das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina as Comissões de Agricultura e Política Rural em conjunto com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família à Mulher, representada pela Deputada Ângela Albino, sob a Presidência do Deputado Moacir Sopelsa, presentes os Senhores Deputados José Milton Scheffer Vice-Presidente; Mauro de Nadal e José Nei Alberton Ascari, e convidado o Deputado Sargento Amauri Soares; o Secretário de Estadual da Agricultura e da Pesca, João Rodrigues, a Doutora Suzana Aparecida Alano, advogada que representa o Conselho Comunitário da Enseada de Brito; o Senhor Walter Alberto Bensousan morador da Enseada de Brito e Representantes dos grupos envolvidos na demarcação da reserva indígena Guarani do Morro dos Cavalos, no Município de Palhoça, na Grande Florianópolis Senhor Nuno Nunes, Assessor Técnico da FUNAI; a Cacique Eunice Paraí e o Secretário da Comissão dos

Caciques Guarani Senhor Cristiano Marioto Euing. O Presidente Deputado Moacir Sopelsa lembrou que no seu primeiro mandato (está no terceiro) já havia feito uma reunião para discutir o problema. "O tempo passou e nada foi feito de concreto. Só aumentou o conflito entre os interessados; a FUNAI alega que a área é indígena e os moradores também, portanto, precisamos definir de quem é a área", argumentou. O Deputado Dirceu Dresch requerente da reunião, disse que a Assembleia cumpre seu papel ao promover o debate na tentativa de resolver o impasse, porém, como Parâmetro estadual não pode decidir. "Estamos à disposição para ouvir as partes e amenizar o conflito". O Senhor Nuno informou que nesta semana chegou ao estado representantes de uma comissão da FUNAI que avaliou a área em Palhoça para indenizar os moradores pelas benfeitorias realizadas em suas propriedades. Disse que acompanha o caso, mas não tem conhecimento sobre os valores a serem pagos pelo órgão, que fez o estudo em 2010. "Eles receberão pelo que construíram e não pela terra. Se não concordarem com o valor, podem questionar judicialmente. A Doutora Susana argumenta: um, diz que as famílias serão informadas, indenizadas e, a partir do pagamento pela FUNAI, terão trinta dias para deixar a propriedade. "Caso não aceitem o valor, a FUNAI vai depositar o dinheiro na Justiça e os moradores terão de deixar a área no prazo estabelecido, ninguém foi consultado sobre valores e o processo não é democrático.

“Nossa luta é para que as famílias não saiam do local, não é uma terra tradicional indígena, eles chegaram aqui em 1994 e após a indenização dos moradores, o passo final na demarcação da reserva Guarani em Palhoça é a homologação pela Presidência da República da portaria de 2008, que estabeleceu a área de quase dois mil hectares como indígena, mas pelo que tudo indica o conflito ainda vai longe. As famílias não vão sair, queremos a revogação da portaria declaratória e que todo o processo seja revogado pelo Ministério da Justiça. Há uma contradição da FUNAI, Constituição de 88 dá o direito a demarcação para índios tradicionais, não é o caso do Morro dos Cavalos, querem demarcar uma área urbana para índios como se vivessem na Amazônia e expulsar da área dezenas de famílias. A cacique Eunice Antunes disse que seu povo está no meio de “um fogo cruzado” e que os índios perderam o direito de ir e vir, por isso, precisa brigar pela terra. “Quem criou as fronteiras foi o homem branco, não fomos nós e agora temos de lutar por um pedaço de terra, aprendemos desde os antepassados, que a terra é sagrada e é de todos”, argumentou. O fato é que índios, moradores da região e representante da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) não chegaram a uma posição convergente sobre o conflito territorial que se arrasta por anos, motivo de unanimidade na cobrança de uma solução justa, que garanta a terra para as 39 famílias indígenas, mas que não retire do local as 69 famílias que têm naquelas terras seu sustento com agricultura e pesca. Ao final da reunião os deputados decidiram solicitar a FUNAI que envie com urgência a agenda da Comissão Especial da FUNAI que vai indenizar os moradores para que a Assembleia Legislativa acompanhe de perto o caso garanta o processo democrático. Também, por solicitação da Deputada Ângela Albino será agendada em breve nova reunião na comunidade com a presença dos interessados para que o debate se aprofunde e representantes do Ministério Público e UFSC também participem. Seguindo o Presidente fez leitura do parecer favorável do Relator Deputado Mauro de Nadal, ao OF./0655.8/2012 de autoria de Entidade Social que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação das Comunidades Rurais Organizadas (ACRO), de Lages, referente ao exercício de 2011, foi aprovado por unanimidade; fez leitura do parecer favorável ao PL./106.0/2012 de autoria do deputado Jose Nei Alberton Ascari, que denomina Vale Catarinense da produção do gado Jersey, o conjunto de municípios compostos por Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e São Ludgero, Armazém, Gravatal e São Martinho. Foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, Chefe de Secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, dois de abril de dois mil e treze.

Deputado Moacir Sopelsa
Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 051/13

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Grupo de Voluntárias do Hospital Municipal São José**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Rosemari da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 052/13

Ofício nº 003/2013 São Bento do Sul, 10 de abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Moradores da Cohab Mato Preto**, de São Bento do Sul, referente ao exercício de 2012.

Alcimir Antonio de Carvalho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 053/13

Ofício nº 40/13 Curitiba, 27 de março de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Curitiba, referente ao exercício de 2012.

Magali Marlene Scur Malinski
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1152, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSÉ EURICO DE SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Milton Scheffer - Maracajá).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1153, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor MARIO LATRONICO JUNIOR, matrícula nº 6995, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1154, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIO LATRONICO JUNIOR, matrícula nº 6995, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-78, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1155, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 7002, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de abril de 2013 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1156, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 7002, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 16 de abril de 2013 (Gab Dep Carlos Chiodini - Jaraguá do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1157, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **AMANDA PONCIANO**, matrícula nº 6471, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 18 de abril de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1158, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AMANDA PONCIANO, matrícula nº 6471, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 18 de abril de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1159, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **TATIANA ALBANI CARVALHO HULBERT**, matrícula nº 2924, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Assessor de Relações Institucionais para Assuntos Nacionais e do Mercosul, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, SONIA REGINA DO AMARANTE ARRUDA, que se encontra em licença médica por 40 (quarenta) dias, a contar de 21 de março de 2013 (CGP - Secretaria Executiva de Relações Institucionais).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1160, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **MARLISE KUPAS SOARES**, matrícula nº 1920, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Almoxarifado, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSE CARLOS BRESCIANI, que se encontra em afastamento facultado de aposentadoria de acordo com a LC 470/2009, a contar de 4 de março de 2013 (DA - CRM - Gerência de Almoxarifado).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1161, de 18 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Almoxarifado, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ISABELLA DE ARAUJO BRAND FLORES, que se encontra em licença prêmio por 30 (trinta) dias, a contar de 18 de abril de 2013 (CGP - CE - Gerência Cultural).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 105.9/2013**

Acrescenta dispositivo à Seção II - Lista de Mercadorias de Consumo Popular, do Anexo Único da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 1º A Seção II - Lista de Produtos de Consumo Popular, do Anexo Único da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, fica acrescida do item 18, com a seguinte redação:

“ANEXO ÚNICO

SEÇÃO II

LISTA DE MERCADORIAS DE CONSUMO POPULAR

18. bebidas lácteas e iogurte

Art. 2º A alteração prevista nesta Lei será introduzida no RICMS/SC-01 por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões
Deputado Kennedy Nunes
Lido no Expediente
Sessão de 17/04/13

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, em seu Anexo Único, na Seção II, trata da composição da cesta básica de nosso Estado e preocupa-se, inicialmente, em garantir itens relacionados à alimentação da nossa população.

Com efeito, esta casa já reconheceu a inclusão de outro produto necessário à saúde dos cidadãos mediante a aprovação da Lei Estadual nº 10.727/1998.

Considerando as bebidas lácteas e o leite como alimentos indispensáveis à saúde e ao bem estar e maneira de assegurar o risco mínimo de desenvolvimento de doenças ao longo da vida - submetemos a presente proposição à apreciação dos demais pares deste Parlamento, objetivando incluir estes itens essenciais até então deixado à margem do consumo pela população menos favorecida.

Os benefícios nutricionais dos iogurtes e das bebidas lácteas são significativos, sendo importante fonte de proteína, cálcio, zinco, vitamina A e vitaminas do complexo B. É a partir da notável presença do cálcio que as bebidas lácteas e o iogurte assumem a sua decisiva importância na prevenção da osteoporose. As proteínas são necessárias na construção, reparação e renovação dos tecidos do corpo, participando também na produção de anticorpos, hormônios e enzimas. A vitamina A tem papel fundamental na saúde da visão e da pele. As vitaminas do complexo B têm papel importante na produção de energia, oxigenação das células, produção de neurotransmissores e funções neurológicas normais.

Podemos encontrar muitos outros benefícios no estudo realizado pelo Departamento Tecnológico Bioquímico-farmacêutico da Universidade de São Paulo, onde dispõe sobre a importância da microbiota intestinal humana na saúde e na doença. Entre elas está o estímulo da imunidade, prevenção do câncer, modulação de reações alérgicas, controle da pressão sanguínea, efeito anti-hipertensivo, constipação intestinal, saúde urogenital de mulheres e outros.

A fim de concluir, é importante lembrar que a inclusão do iogurte e da bebida láctea no rol de produtos da lista de mercadorias de consumo popular, reavivará a indústria láctea do Estado, pois a mesma sofre com a grande perda de competitividade em face da redução dos custos tributários que recebem as indústrias que atuam em outros Estados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 106.0/2013

Declara de utilidade pública o Instituto Rapha-El no município de Criciúma/SC.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Rapha-El, com sede no município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do disposto no art. 1º da Lei 15.125 de 2010, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,
Edison Andrino
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/13

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo conferir o reconhecimento de utilidade pública estadual ao Instituto Rapha-El, sediada no município de Criciúma.

O referido Instituto é uma entidade civil de caráter apolítico, sem fins lucrativos assistencial que atua na região carbonífera no sul do Estado por meio de atendimento gratuito à população por profissionais de diversos ramos da sociedade, de forma que presta atendimento psicológico, jurídico, nutricional, bem como de enfermagem, educação física, fisioterapia, e está sempre buscando agregar novos tipos de atendimentos.

Criada em 2008, e sem qualquer restrição de atendimento, vem anualmente prestando o assistencialismo a crianças, jovens, adultos e idosos, promovendo ainda.

Portanto, diante do exposto, e da relevância das atividades prestadas que corroboram com o desenvolvimento social em Criciúma e região sul do estado, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante ao desenvolvimento de um estado melhor.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 107.0/2013

Cria a Semana Estadual de Mobilidade Urbana

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual de Mobilidade Urbana, que será comemorada anualmente, na semana do dia 22 de setembro, Dia Mundial sem Carro.

Art. 2º Durante a Semana Estadual de Mobilidade Urbana poderão ser ministrados seminários, aulas, palestras, concursos e ações que contribuam para a divulgação dos propósitos estabelecidos pela Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de abril de 2013.

Deputado CARLOS CHIODINI - Líder da Bancada

Deputado ALDO SCHNEIDER - Líder do Governo

Deputado ROMILDO TITON - Vice-Presidente da ALESC

Deputado MANOEL MOTA - 4º. Secretário da ALESC

Deputado ANTÔNIO AGUIAR - Presidente da Comissão de Educação

Deputado MOACIR SOPELSA - Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

Deputado MAURO DE NADAL - Presidente da CCJ.

Deputado EDISON ANDRINO

Deputada DIRCE HEIDERSCHIEDT

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/13

JUSTIFICATIVA

A mobilidade urbana é um problema mundial. A população cresce, novos empreendimentos são lançados, porém a infraestrutura das cidades permanece estagnada. No Brasil, segundo dados do IBGE, as cidades já abrigam 84% da população, gerando mais de 90% da riqueza. Em poucos anos, se nada for repensado, ficará impossível o deslocamento em médios e grandes centros urbanos. E quem pensa que as pequenas regiões não sofrem com a questão engana-se. Especialistas consideram a imobilidade urbana a praga do século, que se não combatida, minará a toda a civilização.

Além disso, a mobilidade urbana é uma das prioridades da pauta de planejamento das cidades modernas. A cada ano, os gestores públicos precisam enfrentar o desafio de apresentar soluções para o tráfego de 3,5 milhões de novos veículos que, anualmente, passam a circular pelas vias urbanas do país, além da frota atual de 75 milhões.

Em 2012 a Política Nacional de Mobilidade Urbana passou a exigir que os municípios com população acima de 20 mil habitantes elaborem e apresentem plano de mobilidade urbana com a intenção de planejar o crescimento das cidades de forma ordenada.

Em Santa Catarina, diversas cidades já convivem com problemas sérios de mobilidade. Florianópolis é a capital brasileira com maior número de carro por habitantes, o que prejudica ainda mais a mobilidade. Se nada for feito, estaremos enfrentando, em pouco tempo, o "caos" em nosso principais centros urbanos.

Resolver os problemas de mobilidade urbana passar não apenas pelas decisões políticas, mas, por uma mudança cultural junto à população que precisa participar do processo e compreender a necessidade de trocar o carro pelo transporte público. Poder Público, Iniciativa Privada e População precisam agir integrados na busca por soluções efetivas de mobilidade urbana.

Visando promover a conscientização de diferentes setores da sociedade, apresenta-se o projeto que cria a Semana Estadual de Mobi-

lidade Urbana, abrangendo o Dia Mundial sem Carro, celebrado anualmente no dia 22 de setembro.

"MAIS IMPORTANTE DO QUE A QUANTIDADE DE BENS É A QUALIDADE DE VIDA QUE USUFRUIMOS".

Ulysses Guimarães

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 108.1/2013

Declara de utilidade pública a Associação Amigos das Comunidades de Herval d'Oeste, com sede no município de Herval d'Oeste.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos das Comunidades de Herval d'Oeste, com sede no município de Herval d'Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de Julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 17/04/13

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados (as),

A Associação Amigos das Comunidades de Herval d'Oeste, inscrita no CNPJ nº 12.082.530/0001-05, com sede no município de Herval d'Oeste, entidade sem fins econômicos e de direito privado, que tem como finalidade a filantropia e a benemerência, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2801, de 22 de julho de 2010, promove ações em defesa de pessoas carentes, portadoras de moléstias graves, deficiências físicas, dependentes químicos e dependentes alcoólicos; prática da integração comunitária, social, com o fim específico de construir o bem estar, visando o crescimento pessoal e comunitário.

Desde sua fundação, em 17 de março de 2010, a Associação Amigos das Comunidades de Herval d'Oeste vem realizando diversas atividades em amparo às mais de 200 famílias cadastradas em seu quadro social, que estão sendo beneficiadas com doações obtidas através de convênios firmados junto aos apoiadores deste importante trabalho.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, nas atividades da referida entidade, e o necessário amparo e a contrapartida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 109.2/2013

Institui o Programa "Mulher na Política", dispondo sobre medidas de incentivo à participação feminina na política.

Art. 1º Fica instituído o programa estadual denominado "Mulher na Política", com a finalidade de incentivar a participação feminina na atividade política.

Art. 2º O programa "Mulher na Política" terá as seguintes ações principais, sem exclusão de outras, pertinentes ao seu objetivo:

I - conscientização das mulheres sobre a importância de sua participação na política;

II - elaboração e distribuição de material informativo sobre os meios de participação na atividade política, os procedimentos para filiação em partido político e demais informações essenciais a respeito do tema;

III - incentivar as mulheres filiadas a partido político a concorrerem a cargos eletivos e incentivar às demais a filiar-se a partido político com o qual tenham afinidade ideológica;

IV - viabilizar a realização de palestras, seminários e cursos sobre capacitação e participação das mulheres na política;

V - incentivar as jovens entre 16 e 18 anos ao alistamento eleitoral.

Art. 3º Com o intuito de viabilizar as ações e objetivos previstos nesta Lei, o Estado poderá realizar parcerias com outras entidades e órgãos públicos, com organizações da sociedade civil, fundações de direito público ou privado e instituições de ensino.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Comissões,
Deputada Angela Albino

Lido no Expediente
Sessão de 18/04/13

JUSTIFICATIVA

Apesar das conquistas alcançadas, as mulheres continuam discriminadas no trabalho e na vida, vítimas de violência e especialmente, cerceadas ao exercício de postos nas instâncias de decisão e poder.

Santa Catarina tem uma das menores participações de mulheres nos espaços de poder e na política. Segundo a União Interparlamentar, uma organização internacional que alia aos esforços das Nações Unidas para a promoção da paz e o fortalecimento das instituições representativas, "quarenta anos depois da adoção da Convenção dos Direitos da Mulher e apesar dos progressos inegáveis, a vida política e parlamentar continua dominada pelos homens em todos os países".

Neste sentido, falta muito para que o conceito de democracia tenha significado verdadeiro, porque as políticas e a legislação são decididas majoritariamente por homens. Assim, precisamos de proposições e ações que possibilitem a melhoria das condições para a participação da mulher na vida política, bem como, ações afirmativas que promovam a consciência política, o respeito ao princípio da igualdade nos partidos políticos, a participação mais efetiva nas eleições, a divisão e o compartilhamento de responsabilidades políticas.

Se é realidade a introdução de cotas de participação das mulheres nas eleições, outras ações afirmativas são necessárias, diante dos obstáculos a serem superados. Neste contexto, propomos a instituição do programa "Mulher na Política", com indicações de ações para incentivar uma maior participação feminina no Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 110.6/2013

Dispõe sobre a reserva de cargos em comissão e de função de confiança, na administração pública estadual direta e indireta, para as mulheres.

Art. 1º Os cargos públicos em comissão e de função de confiança da administração pública estadual direta e indireta, deverão ser ocupados por no mínimo 30% (trinta por cento) de mulheres.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Angela Albino
Lido no Expediente
Sessão de 18/04/13

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres pares o Projeto de Lei que pretende garantir que pelo menos 30% (trinta por cento) dos cargos de função de confiança e dos cargos em comissão da administração pública estadual, direta e indireta, sejam ocupados por mulheres, pelos motivos que seguem:

Preliminarmente, seria desnecessário discorrer sobre a milenar discriminação de gênero recorrente na história, no Brasil e em especial em Santa Catarina... A despeito do grande avanço da sociedade, no sentido de eliminar preconceitos, a mulher continua sendo relegada a papéis secundários. Na iniciativa privada, o sexo feminino ainda enfrenta dificuldades para admissão e a remuneração é inferior aos trabalhadores do sexo masculino. No serviço público, onde o acesso a cargos e empregos públicos depende de aprovação em concurso e a fixação dos vencimentos é garantida por lei, a discriminação se evidencia no acesso aos postos de direção, chefia e assessoramento, que continuam majoritariamente ocupados por homens.

A participação das mulheres nas diferentes instâncias de poder no país vem crescendo paulatinamente, mas ainda de forma muito tímida: I - Poder Legislativo: Senado Federal - 12,34%, Câmara dos Deputados - 8,82%, Assembleias Legislativas - 11,61%, Câmaras Municipais - 12,52%; II - Poder Executivo: Presidência da República - 100%, Governadoras - 11,11%, Prefeitas - 9,08%; III - Poder Judiciário: Supremo Tribunal Federal - 18,18%, Superior Tribunal de Justiça - 15,5%, Tribunal Superior do Trabalho - 20%, Tribunal Superior Eleitoral - 14,28%, Superior Tribunal Militar - 6,66%.

Em Santa Catarina, a média de participação das mulheres chega a ser inferior a média nacional. É de domínio público, por exemplo, que no Poder Executivo Estadual, a participação de mulheres em cargos de confiança (secretarias de estado, secretarias regionais, superintendências, presidentes de empresas estatais, etc..) é mínima, perpetuando uma prática discriminatória em relação à capacidade e à participação das mulheres nos espaços de poder. A subrepresentação e a pouca participação das mulheres da definição das políticas públicas, por sua vez, reflete na debilidade de políticas voltadas às mulheres e/ou de políticas emancipatórias. E mais grave, a ausência das mulheres nos espaços de decisão contribui para manter as condições de seu próprio afastamento, reforçando a política como um espaço masculino por excelência. É assim que este círculo vicioso tem se perpetuado.

O Brasil vive um momento de profunda normalidade institucional, crescente inclusão social e diminuição das diferenças, propiciando a consolidação de uma "democracia de alta intensidade". Para tanto, as políticas afirmativas, especialmente as de cotas, mostraram-se eficientes em diversos segmentos, como a inclusão de estudantes de baixa renda, negros e índios às universidades. Está comprovado que estes alunos têm maior frequência, melhores notas e maiores índices de aproveitamento.

No campo político partidário, a Lei nº 12.034/2009 também foi uma conquista, pois obrigou os partidos políticos a garantirem o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) de vagas para candidatos de cada sexo. Contudo, essas conquistas ainda não representaram uma mudança significativa no cenário político, do ponto de vista da inclusão da mulher em outros espaços que não aqueles da via eleitoral.

As mulheres catarinenses somam 50,38% (cinquenta vírgula trinta e oito por cento) da população, o que equivale a 3.148.595 (três milhões, cento e quarenta e oito mil e quinhentas e noventa e cinco) mulheres segundo o Censo 2010. São 2.423.989 (duas milhões, quatrocentas e vinte e três mil e novecentas e oitenta e nove) eleitoras catarinenses, o que equivale a 51,15% (cinquenta e um vírgula quinze por cento) do eleitorado.

Os dados do PNAD apontam que em Santa Catarina a população feminina economicamente ativa aumentou de 42% (quarenta e dois por cento) em 2001 para 49,3% (quarenta e nove vírgula três por cento) em 2009. As catarinenses atuam em diversos ramos de atividades: na indústria (14,2%), na indústria de transformação (13,8%), no comércio e reparação (16,5%), na educação, saúde e serviços sociais (17,8%), nos serviços domésticos (17,9%), na agricultura (6,1%) e em outros serviços (13,7%).

Neste contexto, é imperativo que se propicie instrumentos para assegurar a igualdade de participação entre homens e mulheres na tomada de decisões em todas as esferas da administração pública. Consoante a "Política de Estado" que vem sendo implementada pelos órgãos governamentais federais (especialmente) voltadas ao empoderamento e emancipação das mulheres, é que propomos neste Estado - que possui a maior diferença salarial entre homens e mulheres e uma das maiores discrepâncias de participação entre homens e mulheres nos espaços de poder e decisão - a criação de dispositivo legal para assegurar uma maior participação feminina nos espaços de direção, chefia e assessoramento na esfera da administração pública estadual direta e indireta do Estado.

A participação das mulheres é absolutamente fundamental para transformação da sociedade e para o fortalecimento da democracia. A ausência das mulheres nos espaços de poder e decisão significam um déficit da democracia em nosso Estado e uma dívida que a sociedade ainda tem com as mulheres. A população feminina tem capacidade de agir técnica e politicamente em âmbitos diversos, rompendo com os estereótipos papéis de gênero, aqueles tradicionalmente rígidos que também são reforçados nos espaços de trabalho político, de poder e de decisão.

Assim, trago o debate a esta Casa Legislativa e submeto aos nobres pares o Projeto de Lei, objetivando contar com a aprovação de todos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 111.7/2013

Altera a Lei nº 14.404, de 04 de abril de 2008, que declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas - SAVC, no Município de Canoinhas.

A Lei nº 14.404, de 04 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Vale do Canoinhas - SAVC, de Canoinhas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Vale do Canoinhas - SAVC, com sede no município de Canoinhas.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão,

Deputado Mauro de Nadal

Relator

Lido no Expediente
Sessão de 18/04/13

*** X X X ***